



Informações Contábeis
Intermediárias 1T25

Informações Contábeis Intermediárias

C&A Modas S.A.

31 de março de 2025 e 2024
com Relatório do Auditor Independente

C&A Modas S.A.

Informações contábeis intermediárias

31 de março de 2025 e 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre a revisão de informações trimestrais 1

Informações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais..... 3

Demonstrações dos resultados..... 5

Demonstrações dos resultados abrangentes..... 6

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... 7

Demonstrações dos fluxos de caixa 8

Demonstrações dos valores adicionados 9

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 10



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
C&A Modas S.A.
Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da C&A Modas S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos



**Shape the future
with confidence**

relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 07 de maio de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Flávio Serpejante Peppe', written over a circular stamp.

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC SP172167/O

Balancos patrimoniais
Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.046.571	1.262.270	1.192.899	1.403.225
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	327.921	169.310
Contas a receber	8	621.623	1.076.795	1.202.124	1.862.821
Estoques	11	1.180.869	1.032.231	1.180.869	1.032.231
Tributos a recuperar	12	409.388	469.885	411.030	470.354
Derivativos	34.2	798	18.255	798	18.255
Outros ativos	14	44.757	37.186	44.797	37.197
Total do ativo circulante		3.304.006	3.896.622	4.360.438	4.993.393
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários – FIDC	7	800.641	854.604	-	-
Tributos diferidos	15	566.437	544.580	548.183	530.141
Tributos a recuperar	12	1.068.858	1.127.692	1.068.858	1.127.692
Depósitos judiciais	13	129.071	144.935	129.077	144.940
Derivativos	34.2	4.047	6.551	4.047	6.551
Outros ativos	14	5.139	4.752	5.139	4.752
Total do ativo realizável a longo prazo		2.574.193	2.683.114	1.755.304	1.814.076
Investimento	16	198.309	187.647	-	-
Imobilizado	17	808.606	823.714	808.606	823.714
Direito de uso – arrendamento mercantil	20	1.492.846	1.529.909	1.492.846	1.529.909
Intangível	18	862.822	892.807	863.607	892.807
Total do ativo não circulante		5.936.776	6.117.191	4.920.363	5.060.506
Total do ativo		9.240.782	10.013.813	9.280.801	10.053.899

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Balancos patrimoniais
Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	21	1.703.435	1.877.357	1.715.904	1.889.243
Obrigações de risco sacado	22	190.272	350.043	190.272	350.043
Empréstimos e debêntures	23	585.225	456.541	585.225	456.541
Arrendamentos	20	359.412	352.734	359.412	352.734
Obrigações trabalhistas	24	281.451	276.780	284.721	279.826
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	29	101.934	101.934	101.934	101.934
Tributos a recolher	25	57.769	373.489	60.127	375.899
Derivativos	34.2	15.306	319	15.306	319
Outros passivos	27	23.218	24.033	42.046	43.733
Total do passivo circulante		3.318.022	3.813.230	3.354.947	3.850.272
Não circulante					
Fornecedores	21	75	218	75	218
Empréstimos e debêntures	23	858.562	1.041.472	858.562	1.041.472
Arrendamentos	20	1.424.637	1.474.142	1.424.637	1.474.142
Obrigações trabalhistas	24	27.806	20.310	27.806	20.310
Tributos a recolher	25	15.531	15.389	15.531	15.389
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	26	279.189	290.012	282.281	293.052
Outros passivos	27	54.410	50.556	54.410	50.556
Total do passivo não circulante		2.660.210	2.892.099	2.663.302	2.895.139
Total do passivo		5.978.232	6.705.329	6.018.249	6.745.411
Patrimônio líquido					
Capital social	28	1.847.177	1.847.177	1.847.177	1.847.177
Ações em tesouraria	28	(70.404)	(34.365)	(70.404)	(34.365)
Reserva de capital		53.183	49.287	53.183	49.287
Reserva de lucros		1.439.134	1.439.134	1.439.134	1.439.134
Resultados abrangentes		(10.614)	7.251	(10.614)	7.251
Lucros acumulados		4.074	-	4.074	-
Total participação de controladores		3.262.550	3.308.484	3.262.550	3.308.484
Participação dos acionistas não controladores		-	-	2	4
Total do patrimônio líquido		3.262.550	3.308.484	3.262.552	3.308.488
Total do passivo e do patrimônio líquido		9.240.782	10.013.813	9.280.801	10.053.899

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Demonstrações dos resultados
Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto o resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receita líquida	30	1.534.543	1.362.865	1.612.082	1.453.008
Venda de mercadorias e serviços		1.511.939	1.334.376	1.515.622	1.339.140
Produtos e serviços financeiros		22.604	28.489	96.460	113.868
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	31	(739.982)	(682.690)	(740.084)	(682.659)
Venda de mercadorias e serviços		(739.924)	(682.614)	(739.924)	(682.531)
Produtos e serviços financeiros		(58)	(76)	(160)	(128)
Lucro bruto		794.561	680.175	871.998	770.349
(Despesas) e receitas operacionais:					
Vendas	31	(560.321)	(521.702)	(566.772)	(534.013)
Gerais e administrativas	31	(217.927)	(203.396)	(218.236)	(203.767)
Perdas em créditos, líquida	8.6	-	-	(29.640)	(41.004)
Equivalência patrimonial	16	10.103	4.526	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	16.397	64.313	16.397	64.317
Lucro antes do resultado financeiro		42.813	23.916	73.747	55.882
Resultado de variação cambial		2.216	(1.931)	2.216	(1.931)
Despesas financeiras		(156.437)	(153.354)	(145.749)	(144.737)
Receitas financeiras		56.860	139.471	56.663	139.435
Resultado FIDC C&A Pay		46.037	41.582	-	-
Resultado com títulos e valores mobiliários		-	-	9.727	3.334
Resultado financeiro	32	(51.324)	25.768	(77.143)	(3.899)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro		(8.511)	49.684	(3.396)	51.983
Impostos sobre o lucro/(prejuízo)	15	12.585	21.170	7.468	18.871
Lucro líquido do exercício		4.074	70.854	4.072	70.854
Atribuível aos acionistas:					
Não controladores				(2)	-
Controladores				4.074	70.854
				4.072	70.854
Lucro básico por ação - em R\$	37			0,0136	0,2303
Lucro básico por ação diluído - em R\$	37			0,0134	0,2278

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



Demonstrações dos resultados abrangentes
Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Lucro líquido do exercício		4.074	70.854	4.072	70.854
Outros resultados abrangentes:					
Resultados com derivativos		(27.273)	1.412	(27.273)	1.412
Outros resultados abrangentes	(a)	135	52	135	52
Efeitos tributários		9.273	(480)	9.273	(480)
Total de resultado abrangente a ser reclassificado para resultado do exercício em períodos subsequentes, líquidos dos tributos		(17.865)	984	(17.865)	984
Total do resultado abrangente					
Atribuível aos acionistas:		(13.791)	71.838	(13.793)	71.838
Não controladores				(2)	-
Controladores				(13.791)	71.838
				(13.793)	71.838

(a) Valor refere-se ao ajuste de marcação a mercado das Letras Financeiras do Tesouro da C&A Pay SCD.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Reserva de capital				Reserva de lucro				Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Outras reservas de capital	Reserva legal	Reservas de lucros a realizar	Reservas de incentivos fiscais	Reserva para investimento	Ajustes de avaliação patrimonial				
Em 31 de dezembro de 2023 – Reapresentado (*)		1.847.177	(8.498)	10.516	39.363	65.208	75.720	14.560	947.612	(586)	-	2.991.072	3	2.991.075
Instrumentos patrimoniais outorgados –														
Remuneração baseada em ações	11	-	-	-	3.159	-	-	-	-	-	-	3.159	-	3.159
Opções de ações exercidas (i)		-	6.495	-	(13.950)	-	-	-	-	-	-	(7.455)	-	(7.455)
Destinação do resultado:														
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	70.854	70.854	-	70.854
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	984	-	984	-	984
Em 31 de março de 2024 – Reapresentado (*)		1.847.177	(2.003)	10.516	28.572	65.208	75.720	14.560	947.612	398	70.854	3.058.614	3	3.058.617
Em 31 de dezembro de 2024		1.847.177	(34.365)	10.516	38.771	87.832	75.720	36.677	1.238.905	7.251	-	3.308.484	4	3.308.488
Instrumentos patrimoniais outorgados –														
Remuneração baseada em ações	11	-	-	-	3.896	-	-	-	-	-	-	3.896	-	3.896
Recompra de ações		-	(36.039)	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.039)	-	(36.039)
Destinação do resultado:														
Lucro líquido do exercício				-	-	-	-	-	-	-	4.074	4.074	(2)	4.072
Outros resultados abrangentes				-	-	-	-	-	-	(17.865)	-	(17.865)		(17.865)
Em 31 de março de 2025		1.847.177	(70.404)	10.516	42.667	87.832	75.720	36.677	1.238.905	(10.614)	4.074	3.262.550	2	3.262.552

(i) Em março de 2024 foram exercidas as opções de compras das ações do plano de remuneração PSU 2021 (vide movimentação na nota 10).

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Atividades operacionais			Reapresentado (*)		Reapresentado (*)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre a renda		(8.511)	49.684	(3.396)	51.983
Ajuste para reconciliar o resultado antes dos impostos com o fluxo de caixa:					
Constituição (Reversão) de perdas de crédito esperadas	8.5	612	119	31.950	45.845
Ajuste a valor presente do contas a receber, estoques e fornecedores		1.271	(726)	1.271	(726)
Despesas com remuneração baseada em ações	10	3.896	3.159	3.896	3.159
Constituição de perdas nos estoques	11.3	20.091	16.673	20.091	16.673
(Ganho)Reconhecimento de processos tributários	12.2.1.4	(17.850)	(168.123)	(17.850)	(168.123)
Equivalência patrimonial	16.2	(10.103)	(4.526)	-	-
Depreciação e amortização	17.3 e 18.3	85.789	89.381	85.789	89.404
Constituição (Reversão) de perdas por redução ao valor recuperável	19.2	(9.640)	12.048	(9.640)	12.048
Resultado na venda ou baixa do imobilizado e intangível		9.281	(688)	9.281	(688)
Amortização do direito de uso	20.4	92.072	90.750	92.072	90.750
Baixa de passivo de arrendamento	20.4	(7.335)	(4.448)	(7.335)	(4.448)
Juros sobre arrendamentos	20.4	47.003	42.927	47.003	42.927
Despesas com empréstimos e debêntures	23.4	42.314	54.668	42.314	54.668
Juros com fornecedores	32	20.685	16.370	20.685	16.370
Operações com derivativos		7.675	-	7.675	-
Constituição de perdas para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		10.585	(12.656)	10.637	(11.809)
Atualização de depósitos judiciais		(1.914)	(4.667)	(1.914)	(4.667)
Rendimento de aplicação em títulos e valores mobiliários		-	-	(9.726)	(3.558)
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		458.730	423.388	633.476	473.391
Estoques		(173.309)	(190.381)	(173.309)	(190.464)
Fornecedores		(102.484)	(204.374)	(101.901)	(203.455)
Obrigações de risco sacado		(159.771)	(115.887)	(159.771)	(115.887)
Impostos, taxas e contribuições		(137.065)	(86.203)	(137.780)	(88.148)
Obrigações trabalhistas		12.167	22.148	12.391	23.890
Processos tributários, cíveis e trabalhistas		(21.408)	(9.960)	(21.408)	(10.489)
Depósitos judiciais		17.778	638	17.777	659
Outros passivos		(2.024)	5.429	(2.897)	4.690
Outros ativos		(7.958)	4.179	(7.987)	4.185
Títulos e valores mobiliários		53.963	(48.082)	(148.885)	10.148
Impostos de renda e contribuição social pagos		(41.332)	(44.839)	(43.143)	(44.911)
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais		183.208	(63.999)	189.366	93.417
Atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	17	(92.379)	(16.277)	(92.379)	(16.277)
Aquisição de intangível	18	(41.677)	(38.587)	(42.462)	(38.587)
Recebimento por vendas de ativos imobilizados		34	690	34	690
Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimento		(134.022)	(54.174)	(134.807)	(54.174)
Atividades de financiamento					
Custos de transação de empréstimos/debêntures	23	(133)	(160)	(133)	(160)
Pagamento do principal dos empréstimos	23	(40.200)	(20.000)	(40.200)	(20.000)
Pagamento de juros sobre empréstimos	23	(56.207)	(28.350)	(56.207)	(28.350)
Pagamento do principal e juros de arrendamentos	20	(132.306)	(128.639)	(132.306)	(128.639)
Recompra de ações	28.3	(36.039)	-	(36.039)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(264.885)	(177.149)	(264.885)	(177.149)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(215.699)	(295.322)	(210.326)	(137.906)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.262.270	1.130.245	1.403.225	1.155.588
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.046.571	834.923	1.192.899	1.017.682

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



Demonstrações dos valores adicionados
Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.035.299	1.793.676	2.113.994	1.884.559
Outras receitas operacionais	7.923	79.468	7.923	79.471
Provisão, reversão e perda de recebíveis	13	113	(29.627)	(40.892)
	2.043.235	1.873.257	2.092.290	1.923.138
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos prod. merc. e serv. Vendidos	(731.444)	(659.024)	(731.444)	(658.940)
Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	(255.028)	(200.500)	(258.981)	(208.281)
Provisão, reversão e perda de outros ativos	4.729	(32.201)	4.729	(32.201)
	(981.743)	(891.725)	(985.696)	(899.422)
Valor adicionado bruto	1.061.492	981.532	1.106.594	1.023.716
Depreciação e amortização	(85.860)	(89.382)	(85.860)	(89.405)
Depreciação do direito de uso	(92.072)	(90.749)	(92.072)	(90.749)
Retenções	(177.932)	(180.131)	(177.932)	(180.154)
Valor adicionado líquido produzido	883.560	801.401	928.662	843.562
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	10.103	4.526	-	-
Receitas financeiras	125.794	189.522	90.035	151.773
	135.897	194.048	90.035	151.773
Valor adicionado total a distribuir	1.019.457	995.449	1.018.697	995.335
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	243.600	232.065	246.100	236.300
Remuneração direta	171.737	171.865	173.739	175.414
Benefícios	38.006	37.261	38.235	37.425
F.G.T.S.	14.769	17.128	14.923	17.238
Outros	19.088	5.811	19.203	6.223
Impostos, Taxas e contribuições	542.807	457.262	550.236	461.531
Federais	175.325	147.197	182.558	151.285
Estaduais	352.110	293.996	352.110	293.996
Municipais	15.372	16.069	15.568	16.250
Remuneração de capitais de terceiros	228.976	235.268	218.289	226.650
Aluguéis	56.896	60.760	56.896	60.760
Despesas financeiras	172.080	174.508	161.393	165.890
Remuneração de capitais próprios	4.074	70.854	4.072	70.854
Lucros/(prejuízos) retidos	4.074	70.854	4.072	70.854
Distribuição do valor adicionado	1.019.457	995.449	1.018.697	995.335

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



1. Contexto operacional

A C&A Modas S.A. (doravante denominada “Companhia” ou “Controladora”) tem sua sede social localizada na Alameda Araguaia, nº 1.222 - Barueri - São Paulo - Brasil. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e possui 44,36% das ações negociadas na B3 (São Paulo - Brasil) sob o código de negociação “CEAB3” e sua controladora final é a COFRA Holding AG, sediada na Suíça.

A C&A Modas e suas controladas, referidas conjuntamente como “Grupo” ou “Consolidado”, desempenham atividades preponderantes que englobam:

Comercialização no Varejo:

- I. Venda de produtos, tanto em lojas físicas quanto no mercado eletrônico. O portfólio inclui vestuário, calçados, acessórios, aparelhos celulares, relógios, bijuterias, cosméticos e outros itens.

Serviços Financeiros:

- I. Prestação de serviços de intermediação para concessão de crédito destinado ao financiamento de compras.
- II. Emissão de cartões de crédito (*private label*) e oferta de empréstimos pessoais.
- III. Intermediação no agenciamento e promoção para a distribuição de seguros, títulos de capitalização e produtos correlatos de sociedades seguradoras e terceiros detentores desses produtos.
- IV. Realização das atividades próprias de uma instituição de pagamento, envolvendo processamento de transações financeiras e serviços relacionados.

O Grupo realiza suas vendas por meio de 332 lojas (332 lojas em 31 de dezembro de 2024), abastecidas por 3 centros de distribuição nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina e 1 operação logística. O Grupo também comercializa seus produtos por meio de serviço de e-commerce.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tais como número de lojas e centros de distribuição, entre outros, não foram objeto de auditoria ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do Grupo ao trimestre findo em 31 de março de 2025 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) que é correlata à norma internacional de relatório financeiro (IFRS) IAS 34 - Interim Financial Reporting Standards emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e orientações da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades do Grupo, conforme Orientação Técnica OCPC07.

A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do trimestre findo em 31 de março de 2025 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 07 de maio de 2025.

2.1. Base de mensuração e pressuposto de continuidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional das operações das sociedades consolidadas.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas de continuarem operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.3. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado - aplicável às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias. A finalidade da DVA é evidenciar a riqueza criada pelo Grupo durante o trimestre, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

2.4. Representação das informações contábeis intermediárias para melhor apresentação

Após a divulgação das informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2024, a Administração identificou a necessidade de aprimorar a apresentação das



demonstrações contábeis, especificamente nas rubricas de "juros com fornecedores" e "partes relacionadas". Os ajustes foram realizados pelos seguintes motivos:

1. **Juros com Fornecedores:** Os juros incorridos e não pagos sobre fornecedores, anteriormente apresentados na rubrica de "fornecedores", foram reclassificados para "juros com fornecedores". Este ajuste impactou apenas a movimentação entre linhas na demonstração dos fluxos de caixa, sem afetar a geração de caixa operacional.
2. **Transações com Partes Relacionadas:** Os saldos das transações com partes relacionadas, que antes eram apresentados na rubrica de "partes relacionadas", foram reclassificados para as contas que refletem a natureza da operação. Este ajuste também impactou apenas a movimentação entre linhas na demonstração dos fluxos de caixa, sem afetar a geração de caixa operacional.

Além disso, devido à reapresentação da demonstração de resultado de 2023, em função das correções dos saldos de arrendamento mercantil, o Grupo está reapresentando o saldo inicial da Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido de 2024.



2.4.1. Demonstração da mutação do patrimônio líquido

				Reserva de capital			Outros resultados abrangentes				
	Ajuste	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Outras reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2024	(a)	1.847.177	(8.498)	10.516	39.363	1.124.744	(586)	-	3.012.716	3	3.012.719
Ajustes para correção de erros, líquidos dos impostos	(a)	-	-	-	-	(21.644)	-	-	(21.644)	-	(21.644)
Em 1º de janeiro de 2024 - Reapresentado (*)		1.847.177	(8.498)	10.516	39.363	1.103.100	(586)	-	2.991.072	3	2.991.075
Instrumentos patrimoniais outorgados - Remuneração baseada em ações		-	-	-	3.159	-	-	-	3.159	-	3.159
Opções de ações exercidas		-	6.495	-	(13.950)	-	-	-	(7.455)	-	(7.455)
Destinação do resultado:											
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	70.854	70.854	-	70.854
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	984	-	984	-	984
Em 31 de março de 2024 - Reapresentado (*)		1.847.177	(2.003)	10.516	28.572	1.103.100	398	-	2.991.072	3	2.991.075

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4.2. Demonstração dos fluxos de caixa

	Ajuste	Controladora			Consolidado		
		31/03/2024			31/03/2024		
		Divulgado	Ajuste	Reapresentado (*)	Divulgado	Ajuste	Reapresentado (*)
Atividades operacionais							
Juros com fornecedores	(b)	-	16.370	16.370	-	16.370	16.370
Variações nos ativos e passivos:							
Contas a receber de clientes	(c)	423.782	(394)	423.388	473.414	(22)	473.391
Partes relacionadas	(c)	56.932	(56.932)	-	58.226	(58.226)	-
Outros créditos	(c)	4.166	13	4.179	4.172	13	4.185
Fornecedores	(b) e (c)	(245.367)	40.993	(204.374)	(245.321)	41.866	(203.455)
Outros passivos	(c)	5.479	(50)	5.429	4.690	-	4.690
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais		(63.999)		(63.999)	93.417	-	93.417
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		(295.322)	-	(295.322)	(137.906)	-	(137.906)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1.130.245	-	1.130.245	1.155.588	-	1.155.588
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		834.923	-	834.923	1.017.682	-	1.017.682

(*) Demonstração apresenta os efeitos mencionados na nota explicativa 2.4.



3. Base de consolidação

O exercício social das controladas é coincidente com o da Controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme para as controladas. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações contábeis das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todas as transações e saldos entre membros do mesmo grupo econômico são totalmente eliminados na consolidação. Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia, de suas controladas e do fundo de investimento FIDC C&A Pay, tendo em vista que a C&A Modas é a única titular das cotas e está exposta aos riscos e benefícios do fundo.

	Controladas Diretas		Controladas Indiretas	Fundo de Investimento
Participação	Orion	C&A Pay Holding	C&A Pay SCD	C&A Pay FIDC
31/03/2025	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%
31/12/2024	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%

3.1. Orion Instituição de Pagamento S.A. (“Orion”)

A Orion Instituição de Pagamento S.A tem como objeto social a realização das atividades de instituição de arranjos de pagamento, prestação de serviços de pagamento nas modalidades de emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago, credenciador, subcredenciador e iniciador de transação de pagamento, entre outras atividades relacionadas a uma instituição de pagamento.

3.2. C&A Pay Holding Financeira Ltda (“C&A Pay Holding”)

A C&A Pay Holding Financeira Ltda tem como objeto social a participação societária junto a instituição financeira do Grupo C&A. A companhia detém o controle societário direto da C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A., instituição financeira autorizada pelo BACEN a operar na modalidade de concessão de crédito direto aos seus consumidores finais, estando, portanto, sujeita às normas e regras operacionais estabelecidas por esse órgão regulador.

3.3. C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. (“C&A Pay SCD”)

A C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. é uma instituição financeira autorizada pelo BACEN a operar na modalidade de concessão de crédito direto aos seus consumidores finais, estando, portanto, sujeita às normas estabelecidas por esse órgão regulador.



3.4. C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não padronizados ("C&A Pay FIDC")

Em 2 de maio de 2023, foi iniciada a operação do FIDC C&A Pay – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, estruturado com a C&A Modas como única cotista. Na ocasião, o Fundo adquiriu a carteira de crédito vinculada ao C&A Pay, até então sob a responsabilidade da empresa Orion Instituição de Pagamento. A partir de maio de 2023, a gestão e a concessão de crédito do C&A Pay foram transferidas para a Sociedade de Crédito Direto (SCD) C&A Pay, que passou a atuar como originadora dos ativos e responsável pela cessão dos direitos creditórios ao referido fundo.

4. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2025

A Administração avaliou as normas, orientações e pronunciamentos contábeis que passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025 e concluiu que não apresentam impacto significativo nas demonstrações contábeis. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas.

(a) CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

Em setembro de 2024, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) emitiu a Resolução nº 211 que torna obrigatório para as companhias abertas o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, emitido pelo CPC, conforme Anexo "A" da Resolução.

O normativo entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 118, e não terá impacto em nossas demonstrações.

(b) ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Separadas e Consolidadas

A Resolução CVM nº 212, publicada em setembro de 2024, torna obrigatória a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) para companhias abertas, aplicável a demonstrações contábeis individuais, separadas e consolidadas.

A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, revogando a Resolução CVM 124. Ela visa garantir consistência e transparência nas práticas contábeis, além de alinhar as normas brasileiras às melhores práticas internacionais. Estamos atualmente avaliando seus impactos.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) emitiu a Resolução nº 213 torna obrigatório para as companhias abertas Documento de Revisão de Pronunciamento Técnico 27, emitido pelo CPC, que apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

O normativo entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e não terá impacto em nossas demonstrações.

(d) Emenda OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de Emissão (*allowances*) e Créditos de Descarbonização (CBIO)

A Resolução CVM nº 223 torna obrigatória para as companhias de capital abertas a orientação do OCPC 10, que direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.

A Resolução entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Companhia não espera impactos relevantes em suas divulgações.

(e) Resolução CVM nº 197/2023 - Regras Modelo do Pilar Dois

Buscando deixar a legislação nacional aderente às regras globais contra a erosão da base tributária (projeto BEPS – Pillar II), nos termos da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), foi promulgada a Lei 15.079/24. Esta legislação determina que, de acordo com os critérios de cálculos definidos, sempre que a alíquota conjugada do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) for inferior a 15%, incidirá um adicional para que o percentual mínimo de tributação seja atingido. Essa regra tem vigência a partir de janeiro de 2025 e o pagamento adicional é exigido no ano seguinte. Em razão do histórico recente, é possível que tenhamos que pagar este complemento.

4.2. Pronunciamentos novos, mas ainda não vigentes

(a) Norma IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e S2 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima

Em outubro de 2023, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) emitiu a Resolução nº 193 sobre divulgação de informações financeiras de sustentabilidade. A IFRS S1 exige informações sobre riscos e oportunidades sustentáveis, enquanto a IFRS S2 foca em aspectos climáticos.

A Companhia está avaliando a possível aplicação antecipada da norma.

(b) Norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

Essa norma promove uma melhora na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, oferecendo aos investidores uma análise mais transparente e comparável sobre o desempenho das empresas. As principais alterações incluem:

- I. Introdução de novas categorias e subtotais no Demonstrativo de Resultados (DRE) abrangendo as áreas operacionais, de investimento e de financiamento;
- II. Exigência de notas explicativas sobre métricas não GAAP, como EBITDA;
- III. Apresentação detalhada das despesas operacionais, classificadas por natureza.

A norma entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. Estamos atualmente avaliando os possíveis impactos dessa mudança.

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis intermediárias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (a) determinação de vida útil do ativo imobilizado e intangível;
- (b) análise de recuperação dos valores do ativo imobilizado e intangível;
- (c) perdas estimadas de créditos;
- (d) perdas estimadas em estoques;
- (e) realização do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- (f) taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de ativos e passivos;
- (g) provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- (h) determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos;
- (i) provisão para restauração de lojas à sua condição original;
- (j) incentivos de curto e longo prazo – estimativa de atingimento de metas e precificação considerando modelos matemáticos (Monte Carlo);
- (k) pagamentos com base em ações; e
- (l) determinação das taxas de juros incrementais e prazo dos contratos a serem utilizadas para efetuar a contabilização dos fluxos de caixa de passivos de arrendamento.

A mensuração da provisão para os processos massificados cíveis e trabalhistas é obtida através da aplicação da média histórica de valores gastos e percentual de perda, considerando a fase em que o processo de se encontra. Processos em fase de execução são provisionados pelo valor atualizado da causa, com base no cálculo dos assessores jurídicos.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

6.1. Política contábil material

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da transação.

6.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Caixa		3.909	5.368	3.909	5.368
Bancos		12.049	23.879	139.451	146.288
Equivalentes de caixa:					
Conta remunerada	2% a 10 % do CDI	26.720	75.993	27.109	76.037
Certificado de depósito bancário (*)	99% a 103,75% do CDI	1.003.893	1.157.030	1.022.430	1.175.532
		1.046.571	1.262.270	1.192.899	1.403.225

(*) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's"), podem ser resgatados a qualquer momento com o próprio emissor do instrumento sem perda da remuneração contratada.

7. Títulos e valores mobiliários

7.1. Política contábil material

As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, com liquidez apenas no mercado secundário e são mensuradas de acordo com a intenção de uso do Grupo.

7.2. Composição dos títulos e valores mobiliários

	Indexador	Taxa	Controladora		Consolidado	
			31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
LFT - Letras Financeiras do Tesouro (*)	SELIC	100%	-	-	178.601	160.704
FIDC - C&A Pay		100%	800.641	854.604	-	-
Fundo de investimento renda fixa			-	-	149.320	8.606
			800.641	854.604	327.921	169.310
Ativo circulante			-	-	327.921	169.310
Ativo não circulante			800.641	854.604	-	-

(*) O Grupo possui aplicações financeiras em LFTs (Letras Financeiras do Tesouro), títulos públicos indexados à variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.



7.3. FIDC C&A Pay

Em 02 de maio de 2023, foram iniciadas as operações do FIDC C&A Pay, constituído como um fundo de investimento em direitos creditórios, não padronizados, sob a forma de condomínio fechado. As cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração da respectiva série ou em caso de liquidação do Fundo. O Fundo é regido por regulamento interno e regulado pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 175/2022 e demais disposições legais regularmente aplicáveis.

Em 31 de março de 2025 a totalidade das cotas emitidas pelo fundo é de titularidade da C&A.

A seguir está representada a estrutura de patrimônio do FIDC C&A Pay, em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Série única	% PL do fundo	Quantidade	Valor da cota	Valor
31/03/2025	100,00%	986.342	0,8923	880.079
31/12/2024	100,00%	986.342	0,9542	941.213

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o balanço patrimonial do FIDC C&A Pay está demonstrado abaixo:

	31/03/2025	31/12/2024
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	123.375	117.035
Aplicações financeiras	157.008	10.374
Contas a receber	627.729	868.190
Outros créditos	7.688	8.407
Total do ativo	915.800	1.004.006
Passivo e patrimônio líquido		
Contas a pagar	35.721	62.793
Patrimônio líquido	880.079	941.213
Total do passivo e do patrimônio líquido	915.800	1.004.006



7.3.1. Conciliação Patrimônio líquido do FIDC x Patrimônio líquido FIDC consolidado

	31/03/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido FIDC	880.079	941.213
Perdas esperada de créditos CPC48/IFRS 9	(20.710)	(24.380)
Ajuste a valor presente	(11.219)	(14.901)
Ajustes de consolidação (*)	(47.509)	(47.328)
Patrimônio líquido FIDC - Consolidado	800.641	854.604

(*) Os ajustes de consolidação são compostos basicamente pela diferença da receita de juros registradas no FIDC, decorrente do efeito do ágio e deságio na operação de cessão de recebíveis. A carteira das operações parceladas com juros é cedida a valor de face, e a carteira parcelada sem juros, com deságio. Isto faz com a receita de juros seja maior no FIDC se comparada à operação original com cliente. Pelo fato do ágio e deságio se tratarem de operações intragrupo, seus efeitos são eliminados na consolidação.

O resultado do FIDC é contabilizado de acordo com a Instrução Normativa nº 489, de 14 de janeiro de 2011, da CVM, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios. Para as demonstrações contábeis, a apuração de receita e perdas de créditos estão sendo apuradas de acordo com as normas do IFRS/CPC e políticas contábeis do Grupo.

8. Contas a receber

8.1. Política contábil material

As contas a receber englobam os valores devidos pela venda de mercadorias aos clientes, realizadas por meio de cartões de crédito de terceiros e cartão digital próprio através do C&A Pay. As contas a receber são apresentadas a valores de realização, líquidos do ajuste a valor presente e das perdas esperadas conforme as diretrizes do CPC48.

As operações de venda a prazo são trazidas ao seu valor presente na data-base das demonstrações contábeis com base em taxas de mercado associadas a spread de risco da Companhia. As taxas médias utilizadas em 31 de março de 2025 foram 1,12% a.m. (2024: 0,97% a.m.), sendo que a realização é registrada como receita de vendas. Essas taxas podem variar ao longo do tempo com base nas condições do cenário econômico, impactando diretamente o ajuste a valor presente. A Administração considera essas variações na definição das taxas, ajustando as provisões de perdas esperadas conforme necessário.

8.2. Renegociação de Créditos

O Grupo adota políticas de renegociação de créditos para clientes com dificuldades de pagamento, que permitem ajustar os termos de pagamento de acordo com o perfil de crédito do cliente. Essas renegociações afetam diretamente o provisionamento de perdas esperadas, uma vez que os clientes são congelados nas faixas de atraso nas quais se encontram. As operações renegociadas são mensuradas de maneira diferenciada, considerando o novo fluxo de caixa esperado e o risco associado.



A perda de crédito esperada foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos, com base nas revisões periódicas dos cenários macroeconômicos.

8.3. Composição das contas a receber

A tabela abaixo detalha a composição das contas a receber, segregada entre operadoras de cartão, operações do cartão digital C&A Pay, e outras categorias. O saldo das contas a receber é influenciado pela sazonalidade do negócio.

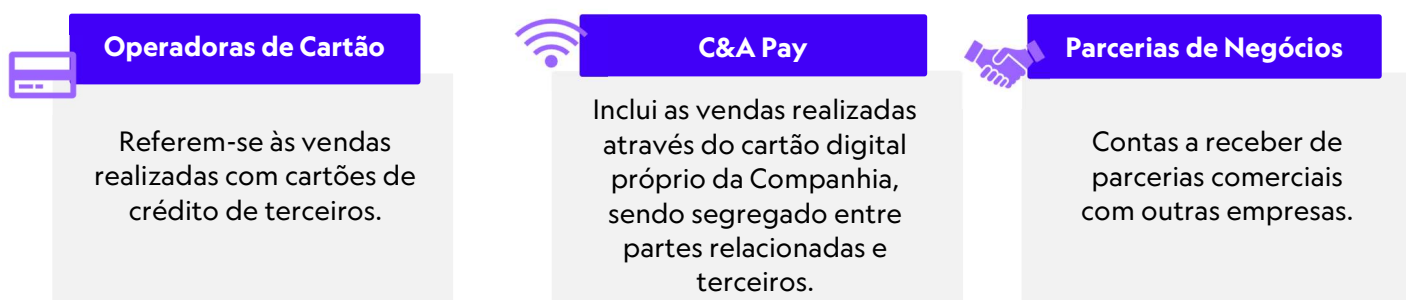
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Operadoras de cartão		548.028	997.842	548.028	997.842
Cartão C&A Pay – partes relacionadas	(a)	41.476	53.276	-	-
Cartão C&A Pay – terceiros		-	-	982.619	1.225.708
Ajuste a valor presente		(8.958)	(13.686)	(20.176)	(28.587)
Perdas de crédito esperadas		(2.680)	(2.693)	(357.152)	(377.040)
Contas a receber clientes		577.866	1.034.739	1.153.319	1.817.923
Contas a receber – parceiros de negócios e partes relacionadas	(b)	55.853	54.152	60.901	56.994
Perdas de crédito esperadas		(12.096)	(12.096)	(12.096)	(12.096)
Outras contas a receber		43.757	42.056	48.805	44.898
Total das contas a receber		621.623	1.076.795	1.202.124	1.862.821

(a) Valor referente as vendas realizadas através do cartão digital próprio do Grupo e reembolso de compartilhamentos de despesas.

(b) Considera valor de R\$262 referente ao contas a receber com partes relacionadas da SCD em 31 de março de 2025 (R\$846 em 2024), e valor de R\$36 referente com outros parceiros de negócios em 31 de março de 2025 (R\$469 em 2024).

8.3.1. Segmentação por tipo de cliente

As contas a receber foram classificadas de acordo com o tipo de cliente para facilitar a análise do impacto financeiro e do risco de crédito:





8.4. Antecipação e cessão de recebíveis

8.4.1. Antecipação de recebíveis intragrupos

No primeiro trimestre de 2025, a C&A Modas antecipou seus recebíveis com sua controlada C&A Pay SCD, totalizando R\$474.838, com um custo de R\$ 10.699 (comparado a R\$450.160 no mesmo período de 2024, que teve um custo de R\$ 8.626). As taxas aplicadas para essas antecipações foram de 0,84% a 1,04% a.m. (0,93% a.m. no mesmo período de 2024). Esses valores foram registrados como despesa financeira na empresa C&A Modas e como receita financeira na empresa C&A Pay SCD. As operações intragrupos foram eliminadas na consolidação do Grupo (vide nota 32).

O Grupo não realizou antecipações de recebíveis de cartão de crédito com terceiros nos últimos 2 anos

8.4.2. Cessão de Recebíveis ao FIDC

Além das antecipações, a SCD C&A Pay realiza a cessão de recebíveis ao FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) como uma ferramenta para gerir seu fluxo de caixa. Toda a carteira de crédito gerada pela SCD C&A Pay é cedida ao FIDC mediante a aplicação de um deságio. O tratamento contábil dessa operação impacta tanto os ativos financeiros quanto os resultados operacionais da controladora e controlada, porém, eliminados na consolidação. Neste primeiro trimestre de 2025 estas operações totalizaram o montante de R\$ 510.941 em novas cessões, com deságio apurado em R\$11.687 (para o primeiro trimestre de 2024 registramos o montante de R\$ 504.528 com deságio de R\$ 8.818).

8.5. Composição da carteira de crédito C&A Pay por faixa de vencimentos de parcela

Os gráficos abaixo apresentam a composição da carteira de crédito da C&A Pay, segmentada por faixas de vencimento. Essa segmentação permite uma análise mais detalhada da qualidade da carteira de crédito, distinguindo entre recebíveis a vencer e vencidos, e possibilita a aplicação de estratégias de cobrança adequadas para cada faixa.

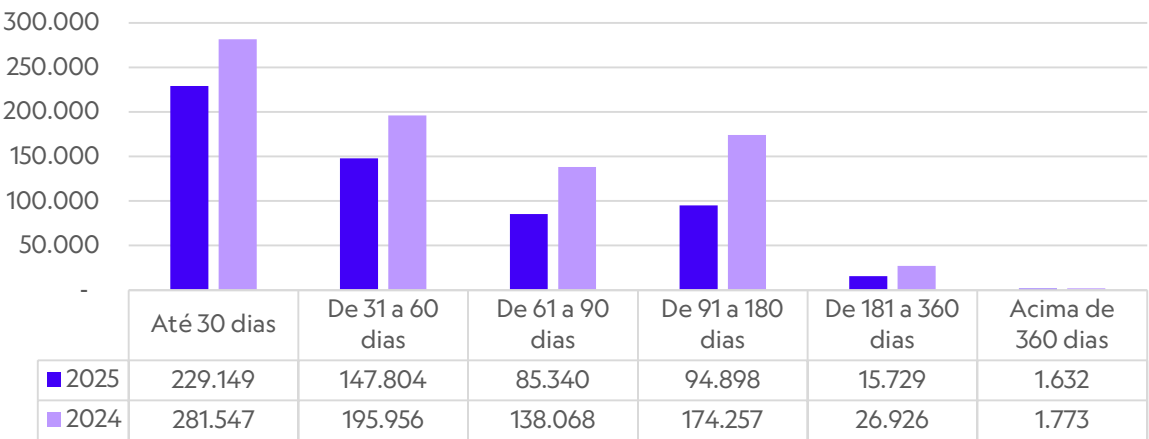
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Total Dez/2024: 818.527
Total Mar/2025: 574.552

FIDC C&A Pay
A vencer

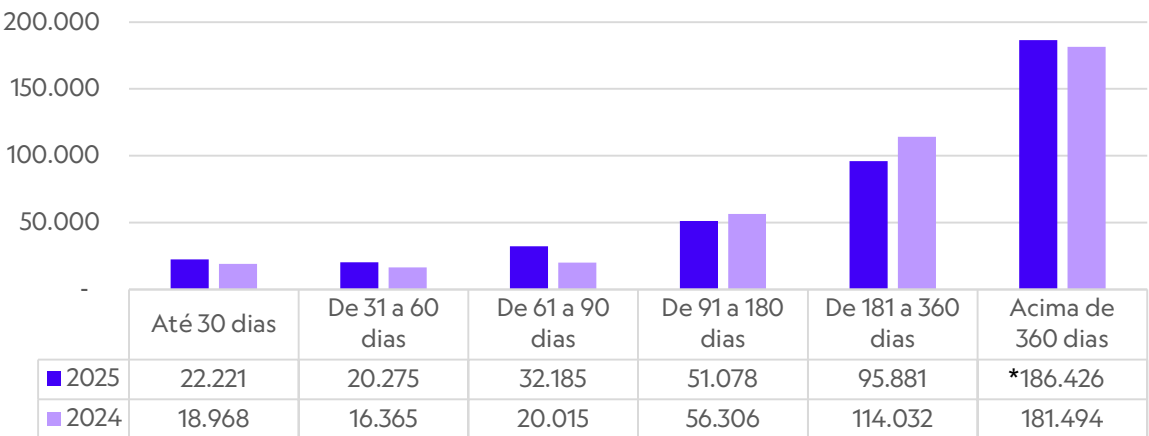
*Valores em milhares de reais (R\$)



FIDC C&A Pay
Vencidos

Total Dez/2024: 407.181
Total Mar/2025: 408.067

*Valores em milhares de reais (R\$)



*A partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia revisou o prazo de baixa dos ativos, anteriormente fixado em 361 dias, para 721 dias. Em 31 de março de 2025, o índice de cobertura (perda estimada/carteira) desta faixa é 97,19%.

Total a vencer + vencidos Mar/2025: 982.619
Total a vencer + vencidos Dez/2024: 1.225.708



8.6. Perdas esperadas em operações de crédito

8.6.1. Contexto Serviços Financeiros C&A Pay

O cartão digital C&A Pay, lançado no final de 2021, tem como objetivo melhorar a experiência de compra dos clientes e apoiar as vendas no varejo. Este cartão de marca própria é aceito exclusivamente nas lojas C&A. Para sustentar essa operação, o Grupo implementou um sistema rigoroso de concessão de crédito, utilizando ferramentas avançadas de análise para determinar com precisão o limite de crédito adequado a cada cliente.

A estimativa de perdas esperadas (PECLD) é baseada em uma avaliação contínua do risco, considerando tanto as informações históricas quanto as projeções futuras do comportamento de crédito. Esse modelo de avaliação está em conformidade com as exigências do CPC48/IFRS 9 e das resoluções do Banco Central do Brasil (CMN 4966 e BCB 352), que passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025.

Embora a C&A Modas não seja diretamente regulada pelo Banco Central do Brasil, sua controlada C&A Pay SCD, que está incorporada no consolidado do Grupo, é regulada por essa autoridade e segue rigorosamente as diretrizes estabelecidas nas resoluções supracitadas, reforçando o compromisso com a conformidade regulatória e a gestão prudente de seus ativos.

8.6.2. Revisão Contínua do Modelo de PECLD

A C&A Pay adota um processo de revisão contínua de suas práticas contábeis relacionadas ao modelo de perdas esperadas (PECLD), ajustando suas provisões de forma proativa com base no comportamento histórico da carteira de crédito e nas projeções macroeconômicas. Esse processo inclui a avaliação de cenários econômicos adversos e de tendências futuras, conforme exigido pelo CPC 48.

8.6.3. Composição da Carteira e Perda Estimada por Estágio

As estimativas de perdas esperadas são calculadas de acordo com a composição da carteira de crédito por estágio. Os ativos são classificados em:

- I. Estágio 1: Créditos sem risco significativo de inadimplência
- II. Estágio 2: Créditos com aumento significativo no risco de inadimplência
- III. Estágio 3: Créditos inadimplentes

As estimativas de perdas aumentam progressivamente conforme o risco de inadimplência avança entre os estágios, garantindo uma abordagem prudente na mensuração dos ativos.

As provisões e classificações mencionadas neste item, especialmente no que se refere aos ativos vencidos entre 361 e 720 dias e à *baixa dos ativos* após 721 dias, estão baseadas nas práticas atuais do CPC 48 - IFRS 9. As resoluções CMN 4.966 e BCB 352 do Banco Central, válidas a partir de janeiro de 2025, convergem com essas normas.

Essas normativas exigem a aplicação de uma abordagem para o reconhecimento e mensuração de perdas de crédito, promovendo maior prudência e previsibilidade na gestão de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2025, o Grupo provisionou 97,19% para os ativos vencidos entre 361 e 720 dias. Os ativos com inadimplência superior a 720 dias são baixados para prejuízo (*write-off*) revertendo por sua vez o provisionamento anteriormente constituído.

8.6.4. Política contábil material

O Grupo adota a metodologia do IFRS 9/CPC 48 e utiliza a abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas (PECLD). Essa abordagem simplificada permite que as perdas esperadas sejam reconhecidas diretamente ao longo da vida útil dos ativos financeiros, considerando variáveis como o comportamento histórico de risco e as condições macroeconômicas. O modelo é constantemente revisado para capturar alterações em fatores internos e externos que possam justificar ajustes nas provisões, garantindo que os valores reflitam adequadamente o risco de crédito.

O modelo de perdas esperadas engloba tanto os saldos registrados no balanço (carteira ativa) quanto os limites de crédito concedidos e não utilizados. Quando não há mais perspectiva de recuperação dos saldos vencidos, as operações são registradas como prejuízo (*write-off*), resultando na reversão das estimativas de perdas esperadas anteriormente constituídas.

A aplicabilidade do modelo simplificado de perdas esperadas permite o reconhecimento direto das perdas ao longo da vida útil dos ativos. O modelo é baseado no histórico de inadimplência dos clientes e nas condições econômicas atuais, garantindo que as perdas de crédito esperadas sejam devidamente reconhecidas de forma eficiente e transparente. Esse processo simplificado reduz a complexidade na mensuração das provisões, ao mesmo tempo em que garante a conformidade com as normas contábeis vigentes, bem como equiparando-se às resoluções CMN 4.966 e BCB 352, do Banco Central do Brasil.

8.6.5. Principais componentes do modelo de perda esperada

Probabilidade de Inadimplência (PD):

Refere-se à probabilidade de que um devedor não consiga cumprir suas obrigações financeiras em um determinado período.

Exposição no Momento da Inadimplência (EAD):

Refere-se à exposição total do ativo no momento que ocorre a inadimplência (*Default*).

Perda Dada a Inadimplência (LGD):

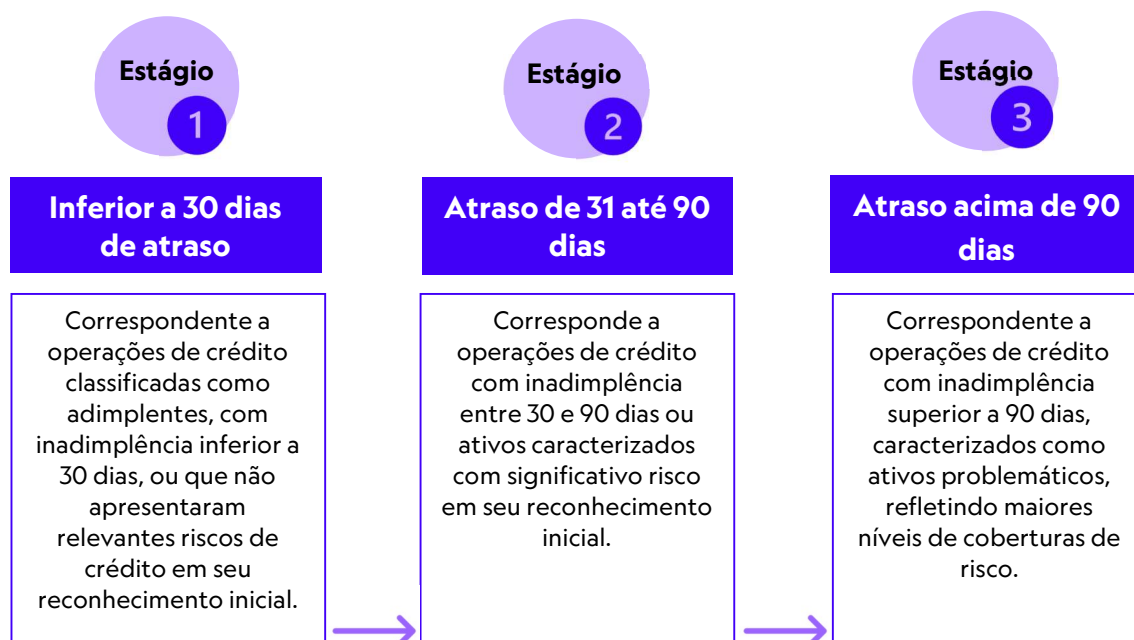
Refere-se expectativa de perda após caracterizada a inadimplência, considerando um percentual específico sobre o valor total do ativo problemático.



O modelo de perda esperada garante que as operações de crédito sejam adequadamente provisionadas, assegurando que as perdas sejam mensuradas de maneira a refletir o risco de inadimplência ao longo do tempo.

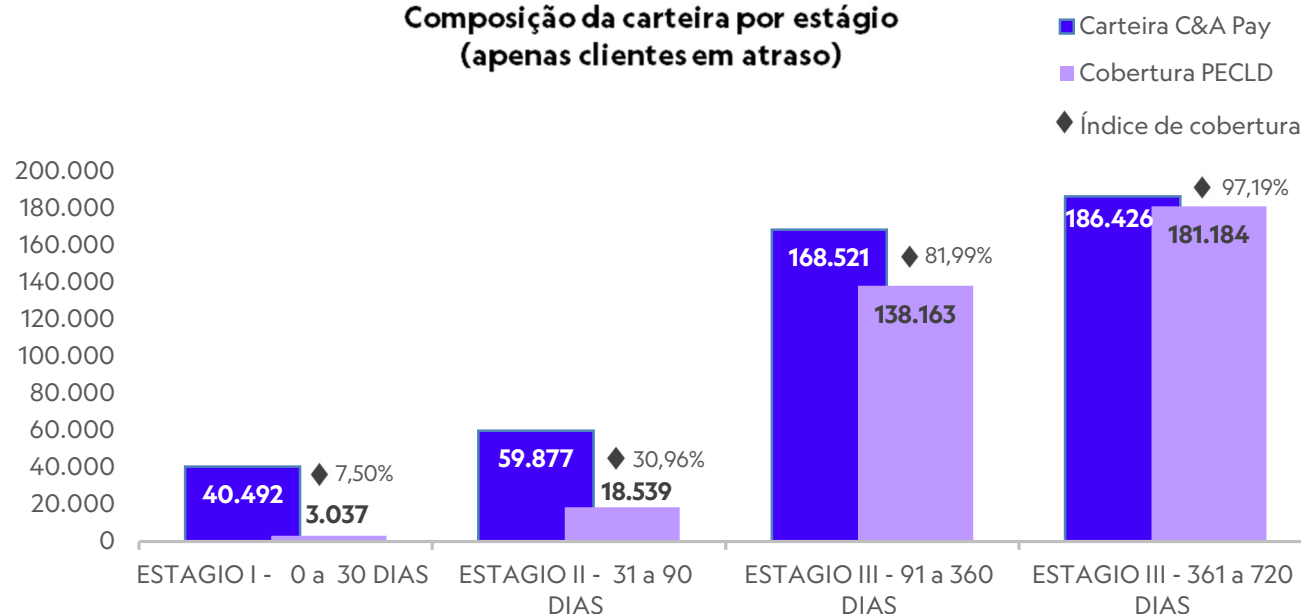
Este modelo visa o provisionamento das perdas de créditos esperadas ao longo da vida dos ativos financeiros, e não apenas quando essas perdas ocorrem. Essa abordagem baseia-se no comportamento histórico de risco e nas condições macroeconômicas.

O modelo de perda esperada é baseado em três estágios, que determinam como as perdas são mensuradas e reconhecidas, conforme a seguir:





Composição da carteira por estágio (apenas clientes em atraso)



8.6.6. Composição da carteira e perda estimada por estágio

A seguir, apresentamos a composição da carteira de crédito do C&A Pay, segmentada por estágio de estimativa de perdas. Esses estágios representam diferentes níveis de risco de crédito e refletem a evolução da inadimplência da carteira, ajustando-se conforme o histórico de recuperabilidade dos créditos. A política de estimativa de perdas adapta-se ao estágio do ativo, permitindo uma gestão mais eficaz do risco de crédito.

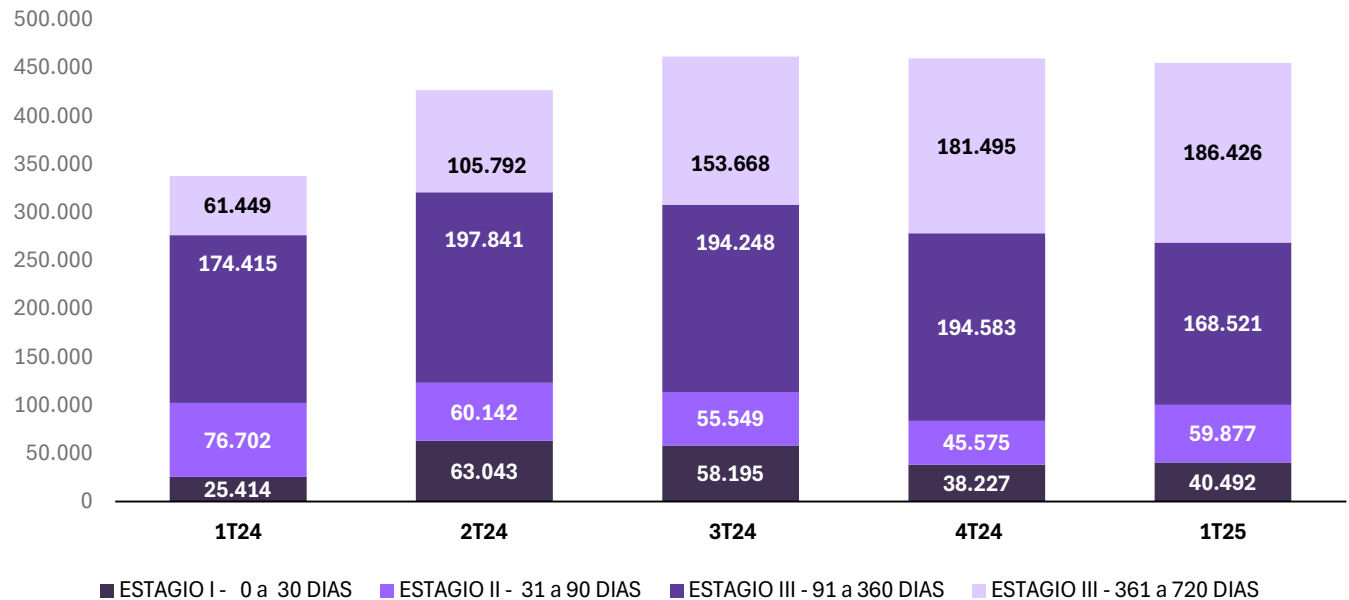
C&A Pay					
31/03/2025					
Cartão de crédito C&A Pay (Private Label)	Carteira			Perda estimada	% Cobertura
	A Vencer	Vencida	Total		
Estágio 1	550.855	16.938	567.793	16.483	2,90%
Em dia	527.301	-	527.301	13.446	
Até 30 dias	23.554	16.938	40.492	3.037	
Estágio 2	13.489	46.388	59.877	18.539	30,96%
De 31 a 60 dias	8.781	15.598	24.379	5.049	
De 61 a 90 dias	4.708	30.790	35.498	13.490	
Estágio 3 - Até 360 dias	10.207	158.314	168.521	138.163	81,99%
De 91 a 120 dias	2.822	19.825	22.647	16.203	
De 121 a 150 dias	1.523	18.520	20.043	14.378	
De 151 a 180 dias	1.130	15.365	16.495	12.635	
De 181 a 360 dias	4.732	104.604	109.336	94.947	
Estágio 3 - Acima de 360 dias	-	186.428	186.428	181.184	97,19%
Acima de 360 dias	-	186.428	186.428	181.184	
Saldo carteira ativa (on balance)	574.551	408.068	982.619	354.369	36,06%
Limite de crédito disponível (Off Balance)	-	-	523.705	103	0,02%
Total Geral	-	-	1.506.324	354.472	23,53%
Índice de cobertura sobre carteira de crédito-					36,07%



Cartão de crédito C&A Pay (Private Label)	C&A Pay			Perda estimada	% Cobertura
	31/12/2024				
	Carteira				
	A Vencer	Vencida	Total		
Estágio 1	789.854	14.201	804.055	22.396	2,79%
Em dia	765.828	-	765.828	19.529	
Até 30 dias	24.026	14.201	38.227	2.867	
Estágio 2	13.135	32.440	45.575	14.139	31,02%
De 31 a 60 dias	6.963	11.996	18.959	4.025	
De 61 a 90 dias	6.172	20.444	26.616	10.114	
Estágio 3 - Até 360 dias	15.538	179.045	194.583	160.509	82,49%
De 91 a 120 dias	3.786	20.675	24.461	17.502	
De 121 a 150 dias	1.987	19.186	21.173	15.187	
De 151 a 180 dias	1.337	17.860	19.197	14.705	
De 181 a 360 dias	8.428	121.324	129.752	113.115	
Estágio 3 - Acima de 360 dias	-	181.495	181.495	177.159	97,61%
Acima de 360 dias	-	181.495	181.495	177.159	
Saldo carteira ativa (on balance)	818.527	407.181	1.225.708	374.203	30,53%
Limite de crédito disponível (Off Balance)			730.883	144	0,02%
Total Geral			1.956.591	374.347	19,13%
Índice de cobertura sobre carteira de crédito					30,54%

Carteira C&A Pay - Por Faixa de Atraso

*Não considera operações em dia



8.6.7. Detalhamento da Qualidade da Carteira e estratégias de Cobrança

A qualidade da carteira de crédito da C&A Pay varia conforme a faixa de vencimento. Recebíveis de curto prazo (até 90 dias) apresentam menor risco de inadimplência e exigem menores provisões de



perdas. Já os recebíveis vencidos (a partir de 91 dias) têm maior risco de inadimplência, necessitando de provisões mais robustas e estratégias intensivas de cobrança.

8.6.8. Movimentação das perdas estimadas em crédito

A seguir apresentamos a movimentação das perdas estimadas em crédito, tanto na controladora quanto no consolidado. Essa movimentação reflete as constituições e baixas realizadas durante os períodos indicados, com destaque para aumento no nível de constituição (novos provisionamentos) e redução nas baixas (classificação para *write-off*), em decorrência da mudança de metodologia de classificação de perdas esperadas (de 361 dias para 721 dias), conforme menção em N.E. 8.6.4.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(15.051)	(199.430)
(+) Constituição	(326)	(198.678)
(-) Baixa	588	8.972
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(14.789)	(389.136)
(+) Constituição	(612)	(31.950)
(-) Baixa	625	51.838
Saldo em 31 de março de 2025	(14.776)	(369.248)
Estimativa de perda C&A Pay	-	(354.472)
Estimativa de outras perdas	(14.776)	(14.776)

Em 31 de março de 2025 o C&A PAY FIDC realizou uma operação junto ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL II referente à cessão de recebíveis de operações de cartão de crédito com faixas de inadimplência superiores a 720 dias de atraso, no montante total de R\$97.145, resultando numa recuperação de perdas de R\$3.886, registrada positivamente na linha "Perdas em créditos, líquida" na demonstração de resultado consolidado do grupo.

8.6.9. Gerenciamento de riscos de perda de crédito

O Grupo adota uma política rigorosa e robusta de concessão de crédito, alinhada às diretrizes de governança e gestão do portfólio estabelecidas pela Administração e possui um comitê de serviços financeiros para regular e fiscalizar as operações. O objetivo é minimizar a inadimplência através de mecanismos para controlar esse risco, tais como a utilização de ferramentas especializadas em análise de crédito, acesso a bases de dados, gestão de concessão de crédito, além de monitoramento e gerenciamento dos processos de recebimento. A combinação favorável desses fatores nos proporcionou, no primeiro trimestre de 2025, um recebimento total de R\$22.864 provenientes da recuperação de operações inadimplidas entre 61 e 720 dias (R\$ 18.842 no mesmo período de 2024).

Essas práticas garantem uma gestão eficaz do risco de crédito, mantendo nossas operações de varejo dentro de níveis aceitáveis de exposição e assegurando a qualidade e sustentabilidade das nossas operações de créditos.



9. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e as demais empresas do Grupo para auxiliar em suas operações. As condições são comutativas e não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos ao Grupo. As transações são efetuadas:

- I. de acordo com os preços específicos pactuados entre as partes, levando em consideração as regras de preço de transferência;
- II. a preços de mercado.

Durante os períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024 não houve necessidade de reconhecimento de estimativa para perdas esperadas de créditos nas contas a receber de partes relacionadas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir, apresentamos a relação e as principais operações que o Grupo possui com as partes relacionadas:

Parte relacionada	Tipo de relação	Transações entre partes	Condições
Controladoras			
COFRA Investments	Controladora direta	-	-
Incas SARL	Controladora direta	-	-
COFRA AG	Controladora indireta final	-	-
Controladas			
Orion Instituição de Pagamento S.A.	Controladas diretas	Atividades de instituição de arranjos de pagamento e securitização de créditos	Preço negociado entre as partes
C&A Pay Holding Financeira Ltda	Controladas diretas	Controladora direta final da C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.	-
C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.	Controladas indiretas	Instituição financeira que atua na condição de instituidora de arranjo de pagamento fechado e emissora e administradora dos cartões <i>private label</i> "C&A Pay"	Valor de mercado e preço entre as partes
C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	Cotista fundo de investimento	Fundo de investimento que adquire direitos creditórios originados pelo cedente SCD C&A Pay, e tem a C&A Modas S.A. como única cotista	Preço negociado entre as partes
Associadas			
C&A Services GmbH	Associada, sem influência significativa	Fornecimento de licenças de softwares	Preço negociado entre as partes
C&A Sourcing Limited	Associada, sem influência significativa	Serviços de intermediação de importação de mercadorias (<i>trading</i>)	Preço negociado entre as partes
COFRA Latin America Ltda	Associada, sem influência significativa	Fornecimento de fianças em contratos de locação da C&A Brasil	Preço negociado entre as partes
Cyamprev Soc. Previd. Privada	Associada, sob influência direta	Entidade fechada de previdência complementar destinada a funcionários do Grupo C&A	Preço negociado entre as partes
Instituto C&A	Associada, sem influência significativa	Instituição de utilidade pública federal da qual a C&A é sócio apoiador, e que tem como foco de atuação: voluntariado, empreendedorismo e frente de apoios humanitários	Preço negociado entre as partes

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos em aberto e transações com as partes relacionadas são como segue:

9.1. Transações nos balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Contas a receber					
C&A Pay SCD	(a)	41.737	54.122	-	-
Instituto C&A	(b)	19	27	19	27
COFRA LA	(b)	6	6	6	6
Orion	(b)	5	430	-	-
Cyamprev		6	6	6	6
		41.773	54.591	31	39
Outros ativos					
C&A Service	(c)	19	19	19	19
Total do ativo com partes relacionadas		41.792	54.610	50	58

(a) Valor referente as vendas realizadas através do cartão digital próprio do Grupo e reembolso de compartilhamentos de despesas.

(b) Valor referente a compartilhamento de despesas entre partes relacionadas.

(c) Valor referente a pagamentos de licenças entre partes relacionadas.

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Fornecedores					
C&A Sourcing	(a)	147.320	96.744	147.320	96.744
Cyamprev	(b)	815	1.717	834	1.756
COFRA LA		21	21	21	21
FIDC C&A Pay	(c)	4.306	4.447	-	-
C&A Pay SCD	(d)	128	156	-	-
		152.590	103.085	148.175	98.521
Juros sobre capital próprio e dividendos					
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(e)	53.322	53.322	53.322	53.322
Total Passivo circulante		205.912	156.407	201.497	151.843

(a) Fornecedor de mercadoria

(b) Valor referente a contribuição mensal de previdência entre partes relacionadas.

(c) Valores a repassar por recebimentos de faturas.

(d) Valor referente a reembolso de despesas.

(e) Valor encontra-se líquido de impostos

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



9.2. Transações nas demonstrações do resultado do exercício

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Reembolso pelo compartilhamento de despesa					
Cyamprev		17	17	17	17
Instituto C&A		40	40	40	40
COFRA LA		23	18	23	18
Orion		19	19	-	-
C&A Pay SCD		272	355	-	-
		371	449	80	75
Despesas de serviços financeiros					
C&A Pay SCD	(a)	(49.456)	(9.069)	-	-
		(49.456)	(9.069)	-	-
Antecipação de recebíveis					
C&A Pay SCD		(10.699)	(8.626)	-	-
		(10.699)	(8.626)	-	-
Compras de mercadorias					
C&A Sourcing		(225.009)	(163.414)	(225.009)	(163.414)
		(225.009)	(163.414)	(225.009)	(163.414)
Compras de serviços					
C&A Services		(459)	(679)	(459)	(679)
COFRA LA		(63)	(60)	(63)	(60)
		(522)	(739)	(522)	(739)
Contribuições previdenciárias					
Cyamprev	(b)	(540)	(973)	(540)	(999)
		(540)	(973)	(540)	(999)

(a) Despesa de comissionamento das operações transacionadas pelo cartão C&A Pay;

(b) Neste montante estão contempladas a parcela empresa e a parcela que é devida pelo colaborador, retida na folha de pagamento e repassada à Cyamprev.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



9.3. Remuneração dos membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração

As despesas (pagas e a pagar) relativas à remuneração da Administração nos exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 foram como segue:

	Nota	Controladora e Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024
Remuneração fixa		3.576	3.449
Remuneração variável		686	458
Contribuições planos pós empregatícios		19	19
Incentivo de longo prazo		1.359	1.438
Total sem encargos		5.640	5.364
Encargos estimados	(a)	5.733	6.207
Total com encargos		11.373	11.571

(a) O valor dos encargos sociais sobre a remuneração baseada em ações é calculado com base no valor da ação da C&A Modas da data de reporte e por este motivo está sujeito a oscilações.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025 foi aprovada, conforme ata divulgada em 28 de março de 2025, a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, para o exercício social de 2025, determinada no valor total sem encargos de até R\$37.250 (2024: R\$ 36.331).

10. Plano de remuneração baseado em ações

O Grupo conta atualmente com Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral ordinária realizada em 02 de outubro de 2019, do qual derivam programas aprovados em Conselho de Administração e respectivas outorgas para as pessoas elegíveis. Os programas que estão ativos cujas outorgas foram realizadas no âmbito de programas aprovados nos anos de 2019, 2022, 2023 e 2024 ("Outorgas 2019", "Outorgas 2022", "Outorgas 2023" e "Outorgas 2024", respectivamente).

Outorgas 2019

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de outubro de 2019 foi aprovado o primeiro programa de remuneração baseada em ações, nos termos do Plano de Opção de Compra da Companhia. Foram aprovadas 1.148.148 opções concedidas à alta administração, divididos em três lotes distintos. Dessas opções, 1.062.037 passaram a seguir as mesmas regras das "Outorgas 2021" e já foram exercidas. As demais seguem as regras da outorga original.

A seguir são descritas as regras das outorgas atualmente vigente do programa "Outorgas 2019".

A titularidade das opções de conversão de ações será adquirida pelos participantes em proporções idênticas de 33,33%, em cada aniversário do plano ao longo do exercício de três anos após a data da outorga.

A transferência, que será realizada independente do participante se manter como empregado ou administrador do Grupo, é sujeita à verificação da seguinte condição: o preço médio por Ação na



bolsa de valores do Brasil (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) durante os 22 (vinte e dois) pregões imediatamente anteriores à cada data de exercício das Opções Vestidas deverá ser igual ou superior ao preço por Ação pago pelos investidores na oferta pública inicial da Companhia (IPO), corrigido de acordo com o índice IPCA/IBGE, reduzido pelo valor por Ação distribuído a título de distribuições e juros sobre capital próprio e ajustado para refletir eventuais bonificações, desdobramentos ou grupamentos de ações ocorridos entre a Data de Outorga e a data do exercício das Opções Vestidas.

O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas em cada aniversário é de R\$1,00. As opções vestidas possuirão três anos de restrição após cada data de transferência.

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de março de 2025 é de 0,56 anos. O valor justo médio ponderado das opções outorgadas durante o primeiro trimestre de 2025 é de R\$9,14 do programa original e R\$1,37 *fair value* (valor justo) incremental para as opções pós substituições, conforme procedimento de cálculo previsto pelo CPC 10. O preço de exercício será ajustado sempre que houver pagamento de dividendos, agrupamento ou desdobramento de ações.

Outorgas 2022

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de maio de 2022, foi aprovado o programa de *Performance Share Units*. Foram aprovadas 3.619.618 opções outorgadas à alta administração contempladas em um único lote.

O recebimento pelo valor das ações se dará em uma única parcela (100% do lote), ao fim do exercício de três anos de carência após a data da outorga.

O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas no aniversário é de R\$1,00. As opções vestidas não terão restrição após a data de transferência.

A opção de compra de ação deste programa poderá ser exercida no segundo trimestre de 2025. O valor justo das opções outorgadas é de R\$2,66.

O preço de exercício será ajustado sempre que houver pagamento de dividendos, agrupamento ou desdobramento de ações.

Outorgas 2023

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2023, foi aprovado o programa de *Performance Share Units*. Foram aprovadas 4.712.639 opções outorgadas à alta administração contempladas em um único lote.

O recebimento pelo valor das ações se dará em uma única parcela (100% do lote), ao fim do exercício de três anos de carência após a data da outorga.

O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas no aniversário é de \$1,00. As opções vestidas não terão restrição após a data de transferência.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A vigência contratual remanescente para as opções de ação restantes em 31 de março de 2025 é de 1,11 anos. O valor justo das opções outorgadas é de R\$5,29.

O preço de exercício será ajustado sempre que houver pagamento de dividendos, agrupamento ou desdobramento de ações.

Outorgas 2024

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2024, foi aprovado o programa de *Performance Share Units*. Foram aprovadas 2.068.636 opções outorgadas à alta administração contempladas em um único lote.

O recebimento pelo valor das ações se dará em uma única parcela (100% do lote), ao fim do exercício de três anos de carência após a data da outorga.

O preço do exercício global a ser pago pelos executivos pelas opções vestidas no aniversário é de R\$1,00. As opções vestidas não terão restrição após a data de transferência.

A vigência contratual remanescente para as opções de ação restantes em 31 de março de 2025 é de 2,05 anos. O valor justo das opções outorgadas é de R\$10,20.

O preço de exercício será ajustado sempre que houver pagamento de dividendos, agrupamento ou desdobramento de ações.

10.1. Movimentação

Programa	Outorgas 2019 2º subst.	Outorgas 2021	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Outorgas 2024	Total
Saldo em 31/12/2023	57.402	2.255.925	2.876.843	4.569.680	-	9.759.850
Outorgadas	-	-	-	-	2.068.636	2.068.636
Prescritas	(28.701)	(19.032)	(202.918)	(374.621)	(178.289)	(803.561)
Exercidas	-	(2.236.893)	-	-	-	(2.236.893)
Saldo em 31/12/2024	28.701	-	2.673.925	4.195.059	1.890.347	8.788.032
Outorgadas	-	-	37.488	-	-	37.488
Saldo em 31/03/2025	28.701	-	2.711.413	4.195.059	1.890.347	8.825.520

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10.2. Premissas

	Outorgas 2019 (adicional da substituição)	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Outorgas 2024
	Lote 3	Lote único	Lote único	Lote único
	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Modelo de precificação				
Rendimento dos dividendos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa livre de risco	6,20%	12,785%	12,97%	11,00%
Preço da ação considerado	16,89	2,51	4,98	9,50
Prazo de vida esperado das opções	21/10/2025	23/03/2025	10/05/2026	18/04/2027
Valor justo na data da mensuração	1,37	2,66	5,29	10,20
Volatilidade anualizada esperada	37,10%	57,58%	66,50%	65,04%

10.3. Reconhecimento de despesas

As despesas de pagamentos baseados em ações, liquidáveis em instrumentos patrimoniais são registradas como despesa de pessoal, administrativa e de vendas, e tem como contrapartida a conta reserva de capital – ações outorgadas. As despesas reconhecidas no primeiro trimestre de 2025 e 2024 e a reconhecer são como segue:

Despesas reconhecidas:

Período	Outorgas 2021	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Outorgas 2024	Total
31/03/2025	-	688	1.699	1.508	3.895
31/03/2024	857	630	1.672	-	3.159

Despesas a reconhecer:

Período	Outorgas 2023	Outorgas 2024	Total
2025	5.119	4.306	9.425
2026	2.420	5.716	8.136
2027	-	1.691	1.691
Total	7.539	11.713	19.252



11. Estoques

11.1. Política contábil material

Os estoques são mensurados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido. Incluem os custos de transporte até os centros de distribuição, custos incorridos na preparação dos despachos das mercadorias nos centros de distribuição para as lojas, e impostos não recuperáveis. São deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores e do ajuste a valor presente da compra de mercadorias a prazo, o qual é realizado de acordo com o giro do estoque na conta de custo da mercadoria vendida. O custo de mercadoria importada considera o ganho ou perda de hedge de fluxo de caixa. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda.

A estimativa para perda nos estoques é constituída pela estimativa de perdas baseada em dados históricos com furtos de mercadoria, bem como provisões para mercadorias com margens negativas, mercadorias obsoletas e avariadas. As perdas reais são determinadas por meio de inventários físicos realizados pelo menos anualmente.

Os custos de frete para transporte de mercadorias dos centros de distribuição para as lojas são contabilizados diretamente como despesas de vendas no resultado do exercício, no momento que ocorrem.

11.2. Composição dos estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Mercadorias para revenda	1.153.189	995.293	1.153.189	995.293
Mercadorias vendidas em trânsito para entrega aos clientes	3.618	1.860	3.618	1.860
Adiantamento a fornecedor de matéria-prima	-	76	-	76
Ajuste a valor presente	(24.725)	(20.145)	(24.725)	(20.145)
Perdas estimadas	(62.477)	(43.180)	(62.477)	(43.180)
	1.069.605	933.904	1.069.605	933.904
Importações em andamento	111.264	98.327	111.264	98.327
	1.180.869	1.032.231	1.180.869	1.032.231

11.3. Movimentação das perdas estimadas

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	41.768
(+) Perdas estimadas	95.406
(-) Baixa por utilização	(93.994)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	43.180
(+) Perdas estimadas	20.091
(-) Baixa por utilização	(794)
Saldo em 31 de março de 2025	62.477



O Grupo realiza inventários periódicos de produtos com alto risco de perda ao longo do ano e, anualmente, realiza inventários completos de todos os itens. Durante esses inventários, os ajustes identificados são considerados como perdas efetivadas, utilizando as provisões para perdas de inventário registradas para esse fim. Essa provisão, juntamente com as perdas efetivadas, é refletida na demonstração do resultado, na linha de "custo das mercadorias vendidas".

12. Tributos a recuperar

12.1. Política contábil material

São considerados tributos a recuperar os tributos gerados nas operações usuais do Grupo, que poderão ser compensados e/ou restituídos por ela, e tributos derivados de ação judicial em que for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos e puder ser mensurado com razoável certeza.

12.2. Composição dos tributos a recuperar

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Crédito extemporâneo de PIS / COFINS	12.2.1	787.391	804.944	787.391	804.944
PIS/COFINS		374.578	483.947	374.578	483.947
ICMS corrente		133.386	114.458	133.386	114.458
ICMS ações judiciais	12.2.2	109.466	107.560	109.466	107.560
IRPJ/CSLL		47.859	61.390	48.925	61.390
IRRF		15.387	20.269	15.963	20.738
IPI		84	15	84	15
Outros		10.095	4.994	10.095	4.994
		1.478.246	1.597.577	1.479.888	1.598.046
Ativo circulante		409.388	469.885	411.030	470.354
Ativo não circulante		1.068.858	1.127.692	1.068.858	1.127.692

12.2.1. Crédito extemporâneo de PIS/COFINS

(a) ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia possui duas ações judiciais sobre o tema que transitaram em julgado em 28 de fevereiro de 2019 e 23 de fevereiro de 2022, respectivamente, com decisões favoráveis. Em 31 de março de 2025 o montante do crédito atualizado é de R\$370.295 (R\$396.179 em 31 de dezembro de 2024).

(b) Crédito Ação Judicial Zona Franca de Manaus (ZFM)

Em 30 de novembro de 2020 ocorreu o trânsito em julgado favorável à Companhia, em que foi reconhecido o direito em equiparar as vendas realizadas na ZFM a exportação e, portanto, em reconhecer a não incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas geradas na ZFM, bem



como o direito de fruição do benefício do REINTEGRA. Em 31 de março de 2025, os saldos atualizados dos créditos correspondem ao montante de R\$170.133 (R\$167.646 em 31 de dezembro de 2024).

(c) Crédito Ação Judicial Lei do Bem

Em 18 de março de 2023, houve o trânsito em julgado do processo no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), com decisão favorável à Companhia, convalidando o direito já reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 27 de outubro de 2022, reconhecendo o direito de usufruir do benefício de redução a zero das alíquotas do PIS e da COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 (conhecida como “Lei do Bem”), para a venda a varejo de smartphones produzidos no país até 31 de dezembro de 2018. Em 31 de março de 2025, o saldo do crédito tributário atualizado é de R\$166.818 (R\$163.884 em 31 de dezembro de 2024).

(d) ICMS-ST na base de cálculo do PIS e da COFINS

Em decisão unânime proferida pelo STJ em recurso repetitivo do Tema 1125 firmou-se a tese que o ICMS-ST não compõe a base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS devidas pelo contribuinte substituído no regime de substituição tributária progressiva. A Companhia possui duas ações judiciais sobre o tema com decisões favoráveis, aguardando o trânsito em julgado dos processos. Em 31 de março de 2025, o saldo do crédito atualizado é de R\$80.145 (R\$ 77.235 em 31 de dezembro de 2024).

Movimentações dos Créditos extemporâneos de PIS e COFINS:

	31/03/2025	31/03/2024
Saldo inicial	804.944	664.919
(-) Compensações	(35.403)	(70.183)
(+) Reconhecimento do principal	3.055	59.252
(+) Reconhecimento dos juros + atualizações	14.795	108.872
Saldo final	787.391	762.859

Ao longo do primeiro trimestre de 2025 a Companhia realizou compensações de créditos decorrentes de ações judiciais no montante de R\$35.403 (R\$70.183 no mesmo período de 2024). A diminuição das compensações é resultado da alteração, a partir do segundo trimestre de 2024, da estratégia de compensações, já que com a Lei 14.873/2024 modificou a interpretação sobre a prescrição dos créditos judiciais, a Companhia voltou a apuração de PIS/COFINS com os créditos próprios, destinando os créditos extemporâneos para compensação de outros tributos federais.



12.2.2. Créditos relativos ao ICMS

(a) Crédito Ação Judicial Alíquota do ICMS sobre o fornecimento de energia elétrica

Em dezembro de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral (Recurso Extraordinário 714.139/SC), fixou o entendimento pela aplicação da alíquota geral, em detrimento da alíquota majorada, relativa ao ICMS incidente sobre a energia elétrica e serviços de telecomunicação. Assim, embora sem o trânsito em julgado em suas ações distribuídas entre os anos de 2015 e 2016, a Companhia reconheceu contabilmente sua melhor estimativa como praticamente certa a entrada de benefícios econômicos, em consonância com os requisitos previstos no CPC 25. O saldo atualizado em 31 de março de 2025 é de R\$88.743 (R\$87.201 em 31 de dezembro de 2024).

(b) Crédito Ação Judicial DIFAL – venda consumidor final não contribuinte do ICMS

Em 30 de março de 2022, houve o trânsito em julgado do *leading case* (RE 1287019), referente ao Tema 1093, julgado pelo STF em sede de repercussão geral, que declarou inconstitucional a cobrança da Diferença de Alíquotas do ICMS – DIFAL nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto, até que fosse editada lei complementar a este respeito. Diante deste cenário, a Companhia reconheceu contabilmente os valores de suas ações judiciais ajuizadas em dezembro de 2018, cujo saldo atualizado é de R\$17.840 (R\$17.476 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia aguarda a conclusão de suas ações para apurar os elementos necessários decorrentes das circunstâncias específicas envolvendo cada caso.

12.3. Expectativa de realização dos tributos a recuperar

Com base nas projeções elaboradas pela Administração, o montante de tributos a recuperar, registrado nos ativos circulantes e não circulantes, apresenta a seguinte expectativa de realização em 31 de março de 2025:

Ano	Controladora	Consolidado
2025	327.315	327.315
2026	337.626	339.268
2027	493.693	493.693
2028	288.828	288.828
2029 a 2031	30.784	30.784
Total	1.478.246	1.479.888
Ativo circulante	409.388	411.030
Ativo não circulante	1.068.858	1.068.858

A Administração avalia continuamente a capacidade de utilização desses tributos, e não espera nenhuma perda por recuperabilidade.



13. Depósitos judiciais

O Grupo está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais para garantir o prosseguimento dos processos judiciais, conforme requerido pelos tribunais, e/ou efetuados por decisão estratégica de Administração para proteção de seu caixa. Os valores dos depósitos são corrigidos com base nas taxas oficiais divulgadas no país. Assim, o montante atualizado dos depósitos judiciais é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Tributários	106.044	121.164	106.044	121.164
Trabalhistas e Cíveis	23.027	23.771	23.033	23.776
Total	129.071	144.935	129.077	144.940

13.1. Depósitos judiciais com passivo correspondente

A companhia mantém depósitos judiciais com passivo correspondente para os temas relacionados a (i) COFINS Importação e (ii) exclusão do ICMS e ISS da Base de cálculo da CPRB. No primeiro trimestre de 2025, o montante relacionado a Contribuição Social sobre o adicional de 10% sobre o FGTS de R\$17.433 foi convertido em renda a favor da União (vide nota 26.2.a).

14. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Despesas antecipadas - serviços de tecnologia	20.087	20.099	20.087	20.099
Despesas antecipadas - benefícios a funcionários	4.604	4.604	4.604	4.604
Despesas antecipadas - serviços diversos	3.945	8.841	3.945	8.841
Despesas antecipadas de produtos licenciados	3.937	2.875	3.937	2.875
Despesa antecipada - publicidade	4.062	258	4.062	258
Adiantamentos a funcionários	4.942	1.358	4.982	1.369
I.P.T.U.	4.139	-	4.139	-
Seguros a apropriar	2.549	2.621	2.549	2.621
Outros créditos	1.631	1.281	1.631	1.281
	49.896	41.938	49.936	41.949
Ativo circulante	44.757	37.186	44.797	37.197
Ativo não circulante	5.139	4.752	5.139	4.752

15. Imposto de renda e contribuição social

15.1. Política contábil material

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou ao valor a pagar às autoridades fiscais. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas de 15%, acrescida de um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder



R\$20.000 a cada mês para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são resultados negativos apurados em períodos anteriores que podem ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, sem prazo de prescrição para compensação.

O imposto de renda e a contribuição social relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal em situações que requerem interpretação da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos são gerados quando há diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço. Créditos tributários diferidos são reconhecidos somente na medida em que seja provável que haverá lucro tributável suficiente para permitir a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas existentes, contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A Administração deve exercer julgamento significativo para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Ao final de cada exercício, a recuperabilidade dos tributos diferidos é avaliada, e baixas são efetuadas na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir sua utilização.

15.2. Composição e movimentação dos tributos diferidos

Do período:

Controladora				
Aumento/(Redução)				
Nota	Saldo em 31/12/2024	no resultado	no patrimônio líquido	Saldo em 31/03/2025
Prejuízos fiscais e bases negativas	380.876	12.967	-	393.843
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	98.604	(3.679)	-	94.925
Provisão para perda de estoques e contas a receber	19.798	6.306	-	26.104
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	5.840	(3.277)	-	2.563
Provisão para participação no lucro	33.841	367	-	34.208
Arrendamentos CPC 06 (R2)	104.745	(153)	-	104.592
Ajustes a valor justo	(2.227)	2.227	-	-
Perdas de créditos esperadas FIDC	8.289	(8.323)	-	(34)
Ajuste a valor presente FIDC	5.066	(1.252)	-	3.814
Plano de remuneração baseado em ações	7.170	1.324	-	8.494
Provisão de gastos para devolução de lojas	12.850	1.816	-	14.666
Outras	67.141	3.524	9.272	79.937
Ativo fiscal diferido	741.993	11.847	9.272	763.112
Créditos extemporâneos	(181.402)	5.389	-	(176.013)
Ajustes a valor presente	(16.011)	(4.485)	-	(20.496)
Ajustes a valor justo	-	(166)	-	(166)
Passivo fiscal diferido	(197.413)	738	-	(196.675)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	544.580	12.585	9.272	566.437



	Nota	Saldo em 31/12/2024	Consolidado		Saldo em 31/03/2025
			Aumento/(Redução) no resultado	no patrimônio líquido	
Prejuízos fiscais e bases negativas		380.876	12.967	-	393.843
Diferenças temporárias:					
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		99.637	(3.661)	-	95.976
Provisão para perda de estoques e contas a receber		21.014	6.396	-	27.410
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso		5.840	(3.277)	-	2.563
Provisão para participação no lucro		34.470	417	-	34.887
Arrendamentos CPC 06 (R2)		104.745	(153)	-	104.592
Perdas de créditos esperadas FIDC		8.289	(8.323)	-	(34)
Ajuste a valor presente FIDC		5.066	(1.252)	-	3.814
Ajuste de consolidação		(17.317)	(3.974)	-	(21.291)
Plano de remuneração baseado em ações		7.170	1.324	-	8.494
Provisão de gastos para devolução de lojas		12.850	1.816	-	14.666
Outras	(a)	67.141	3.525	9.272	79.938
Ativo fiscal diferido		729.781	5.805	9.272	744.858
Créditos extemporâneos		(181.402)	5.389	-	(176.013)
Ajustes a valor presente		(16.011)	(4.485)	-	(20.496)
Ajustes a valor justo		(2.227)	2.061	-	(166)
Passivo fiscal diferido		(199.640)	2.965	-	(196.675)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido		530.141	8.770	9.272	548.183

(a) Inclui provisões de fretes, de despesas operacionais, provisões de benefícios e honorários advocatícios.

15.3. Previsão de realização dos tributos diferidos ativos em 31 de março de 2025

O Grupo revisa a cada trimestre as projeções de resultado, e estima que realizará os tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Ano	Controladora	Consolidado
2025	150.717	131.937
2026	103.670	104.196
2027	94.865	94.865
2028	144.300	144.300
2029	128.053	128.053
De 2030 a 2031	105.556	105.556
De 2032 a 2035	35.951	35.951
	763.112	744.858

A Administração avalia continuamente a capacidade de utilização dos tributos diferidos, e não espera nenhuma perda por recuperabilidade desse valor.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15.4. Conciliação da taxa efetiva

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Lucro/(Prejuízo) antes dos impostos	(8.511)	49.684	(3.396)	51.983
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais – 34%	2.894	(16.893)	1.155	(17.674)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	3.435	1.510	-	-
Doações não dedutíveis	(807)	(950)	(807)	(950)
PAT e Lei de incentivo à cultura	-	-	20	4
Brindes e multas não dedutíveis	(415)	(348)	(415)	(348)
IR e CS de exercícios anteriores	-	-	-	34
Indébito Tributário	7.478	37.851	7.478	37.855
Prejuízo Operacional	-	-	(36)	(136)
Imposto diferido não constituído sobre diferenças temporárias	-	-	55	69
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	-	-	18	17
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	12.585	21.170	7.468	18.871
Corrente	-	-	(1.302)	(354)
Diferido	12.585	21.170	8.770	19.225
	12.585	21.170	7.468	18.871
Alíquota efetiva	148%	-43%	220%	-36%

(a) Não estão sendo constituídos tributos diferidos na Controlada Orion, porque suas atividades foram transferidas para a C&A Pay Sociedade de Crédito Direto durante o ano de 2023.

16. Investimento

16.1. Política contábil material

O investimento da Companhia em suas controladas é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. Após a aplicação desse método, a Companhia avalia se é necessário reconhecer uma perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos em suas controladas. Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia verifica se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal evidência, a Companhia calcula o montante da perda como a diferença entre o valor recuperável das controladas e o valor contábil, reconhecendo a perda na demonstração do resultado.

16.2. Informações sobre investimento em controladas

Controladas	31/03/2025							
	Participação acionária	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Bruta	Lucro Líquido	Valor contábil do investimento	Equivalência patrimonial
Diretas								
Orion	99,99%	11.869	(280)	11.589	438	427	11.588	427
C&A Pay Holding	99,99%	256.173	(69.450)	186.723	9.784	9.676	186.721	9.676
Total							198.309	10.103
Indiretas								
C&A Pay SCD	100%	246.855	(69.415)	177.440	9.784	9.516	177.440	9.516
							177.440	9.516

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Controladas	31/12/2024							
	Participação acionária	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita bruta	Lucro/ (Prejuízo)	Valor contábil do investimento	Equivalência patrimonial
Diretas								
Orion	99,99%	11.342	(604)	10.738	1.648	1.695	10.737	1.695
C&A Pay Holding	99,99%	261.309	(84.397)	176.912	49.456	33.401	176.910	33.401
Moda Lab	99,00%	-	-	-	-	(47)	-	* 36
Total							187.647	35.049
* A diferença entre o prejuízo da Moda Lab (R\$53) e a equivalência patrimonial R\$55 se refere ao resultado não realizado nos estoques.								
Indiretas								
C&A Pay SCD	100%	252.202	(84.413)	167.789	49.456	32.844	167.789	32.844

16.3. Movimentação do investimento

	Orion	C&A Pay Holding	Total
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2024	10.737	176.910	187.647
(+/-) Equivalência patrimonial	427	9.676	10.103
(+/-) Dividendos	424	-	424
(+/-) Outros resultados abrangentes		135	135
Saldos de investimentos em 31 de março de 2025	11.588	186.721	198.309

17. Imobilizado

17.1. Política contábil material

Os bens são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos dos impostos recuperáveis. Incluem a estimativa para restauração de loja, quando não incluída em direitos de uso, e são reduzidos por depreciação e perda de valor (*impairment*). A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos bens. No início de cada exercício, a vida útil estimada, o custo de restauração e os métodos de depreciação são revisados. Quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizadas prospectivamente.

A avaliação da vida útil considera a expectativa de uso dos ativos, o planejamento das reformas das lojas e evidências de uma vida útil diferente da registrada. Essa avaliação é documentada em laudo por especialistas do Grupo.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido, perdido o controle ou quando não se espera mais benefício econômico futuro. Ganhos ou perdas resultantes da baixa (diferença entre valor líquido da venda e valor contábil) são incluídos na demonstração do resultado no exercício da baixa.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17.2. Composição do ativo imobilizado (Controladora e Consolidado)

Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	Red. Valor Recuperável	31 de março de 2025
Máquinas e equipamentos	199.164	(111.623)	-	87.541
Móveis e utensílios	613.631	(386.475)	(2.263)	224.893
Equipamentos de Informática	294.684	(235.960)	-	58.724
Veículos	20	(20)	-	-
Benfeitorias	1.471.768	(1.042.510)	-	429.258
Terrenos	126	-	-	126
Imobilizado em andamento	6.366	-	-	6.366
Ativos em poder de terceiros	227	-	-	227
Custo estimado de devolução de lojas	3.086	(1.615)	-	1.471
	2.589.072	(1.778.203)	(2.263)	808.606

Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	Red. Valor Recuperável	31 de dezembro de 2024
Máquinas e equipamentos	199.615	(110.478)	(147)	88.990
Móveis e utensílios	607.893	(376.508)	(2.926)	228.459
Equipamentos de Informática	293.980	(229.863)	(91)	64.026
Veículos	20	(20)	-	-
Benfeitorias	1.466.925	(1.030.631)	(2.002)	434.292
Terrenos	126	-	-	126
Imobilizado em andamento	5.448	-	-	5.448
Ativos em poder de terceiros	227	-	-	227
Custo estimado de devolução de lojas	3.780	(1.634)	-	2.146
	2.578.014	(1.749.134)	(5.166)	823.714

O Grupo não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.

17.3. Movimentação do imobilizado (Controladora e Consolidado)

Nota	Taxa média depreciação a.a.	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Adições (b)	Depreciação	Baixas	Transfe-rências	Reversão (constituição) Red. Valor Recuperável	Saldo em 31 de março de 2025
Máquinas e equipamentos	7%	88.990	-	(1.842)	(147)	393	147	87.541
Móveis e utensílios	11%	228.459	7.228	(11.162)	(322)	27	663	224.893
Equipamentos de informática	20%	64.026	1.096	(6.497)	(45)	53	91	58.724
Benfeitorias	(a) 9%	434.292	41	(18.130)	(1.999)	13.051	2.003	429.258
Terrenos	-	126	-	-	-	-	-	126
Imobilizado em andamento	-	5.448	14.442	-	-	(13.524)	-	6.366
Ativos em poder de terceiros	-	227	-	-	-	-	-	227
Custo estimado de devolução de lojas	-	2.146	-	-	(675)	-	-	1.471
Total		823.714	22.807	(37.631)	(3.188)	-	2.904	808.606

- (a) As benfeitorias incluem ativos diversos como obras civis, luminosos, sistema de incêndio, geradores etc. A taxa de depreciação é definida pela vida útil desses bens.
- (b) Durante o primeiro trimestre de 2025, o Grupo adquiriu R\$ 22.807 de ativos imobilizados, dos quais R\$16.248 encontram-se como contas a pagar registradas em fornecedores (R\$3.598 no primeiro trimestre de 2024) e R\$85.821 foram desembolsados em 2025 referente aquisições ocorridas anteriormente à 31 de dezembro de 2024 (no primeiro trimestre de 2024 foram desembolsados R\$13.324, referente aos anos anteriores).



18. Intangível

18.1. Política contábil material

Ativos intangíveis com vida útil definida (softwares, sistemas e fundo de comércio) são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas de valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício, e mudanças nas estimativas são contabilizadas prospectivamente.

Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, são realizados testes de recuperabilidade anualmente.

Atualmente, o Grupo possui um ativo intangível com vida útil indefinida: o direito de exploração de serviços financeiros. Este direito foi adquirido em 1º de dezembro de 2021, conforme contrato, e não há prazo determinado para sua exploração. A operação foi registrada pelo custo de aquisição de R\$ 415.000. Não houve ágio na transação, mas, devido à natureza do ativo, é realizado o teste de recuperabilidade anualmente.

18.2. Composição do intangível

18.2.1. Controladora

	31/03/2025				31/12/2024			
	Custo	Amortização acumulada	Red. Valor Recuperável	Saldo Contábil	Custo	Amortização acumulada	Red. Valor Recuperável	Saldo Contábil
Sistemas de informática	1.420.616	(1.014.156)	(375)	406.085	1.418.493	(973.826)	(6.536)	438.131
Fundo de comércio	76.412	(56.484)	-	19.928	77.413	(56.005)	(575)	20.833
Direito de exploração de serviços financeiros	415.000	-	-	415.000	415.000	-	-	415.000
Intangível em andamento	21.809	-	-	21.809	18.843	-	-	18.843
Total	1.933.837	(1.070.640)	(375)	862.822	1.929.749	(1.029.831)	(7.111)	892.807

18.2.2. Consolidado

	31/03/2025				31/12/2024			
	Custo	Amortização acumulada	Red. Valor Recuperável	Saldo Contábil	Custo	Amortização acumulada	Red. Valor Recuperável	Saldo Contábil
Sistemas de informática	1.420.616	(1.014.156)	(375)	406.085	1.418.493	(973.826)	(6.536)	438.131
Fundo de comércio	76.412	(56.484)	-	19.928	77.413	(56.005)	(575)	20.833
Direito de exploração de serviços financeiros	415.000	-	-	415.000	415.000	-	-	415.000
Intangível em andamento	22.594	-	-	22.594	18.843	-	-	18.843
Total	1.934.622	(1.070.640)	(375)	863.607	1.929.749	(1.029.831)	(7.111)	892.807



18.3. Movimentação intangível

18.3.1. Controladora

	Taxa média amortização (a.a.%)	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Reversão (constituição) Red. Valor Recuperável	Saldo em 31 de março de 2025
Sistemas de informática	18,5%	438.131	-	(47.254)	(5.551)	14.598	6.161	406.085
Fundo de comércio	10,0%	20.833	-	(904)	(576)	-	575	19.928
Direito de exploração de serviços financeiros	indefinido	415.000	-	-	-	-	-	415.000
Intangível em andamento		18.843	17.564	-	-	(14.598)	-	21.809
Total		892.807	17.564	(48.158)	(6.127)	-	6.736	862.822

- (a) Durante o primeiro trimestre de 2025, o Grupo adquiriu R\$ 17.564 à conta de intangíveis, referente a sistemas. Deste valor, R\$6.737 estão registrados como contas a pagar em fornecedores, e R\$30.850 foram desembolsados em 2025, referentes a aquisições ocorridas antes de 31 de dezembro de 2024.

18.3.2. Consolidado

	Taxa média amortização (a.a.%)	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Reversão (provisão) Red. Valor Recuperável	Saldo em 31 de março de 2025
Sistemas de informática	18,5%	438.131	-	(47.254)	(5.551)	14.598	6.161	406.085
Fundo de comércio	10,0%	20.833	-	(904)	(576)	-	575	19.928
Direito de exploração de serviços financeiros	indefinido	415.000	-	-	-	-	-	415.000
Intangível em andamento	-	18.843	18.349	-	-	(14.598)	-	22.594
Total		892.807	18.349	(48.158)	(6.127)	-	6.736	863.607

19. Redução ao valor recuperável (Impairment)

19.1. Política contábil material

A Administração revisa, ao final de cada exercício, o valor contábil líquido dos ativos para avaliar possíveis eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável. Quando identificadas tais evidências e constatado que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma estimativa de desvalorização (*impairment*), ajustando o valor contábil ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Cada loja é considerada uma unidade geradora de caixa independente, com exceção da loja localizada no Shopping Iguatemi de São Paulo, que é considerada uma loja conceito, e gera benefícios para as demais operações do Grupo.

A Companhia utiliza como indicativo de perda de valor recuperável as lojas que, ao final do exercício, apresentam LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) negativo e/ou que sofreram *impairment* no ano anterior. Para tanto, as lojas devem ter mais de três anos de operação, idade em que são consideradas maduras pela Companhia.



O ativo intangível com vida útil indefinida, referente ao direito de exploração dos serviços financeiros, é submetido a testes de *impairment* anualmente.

A avaliação da redução ao valor recuperável é baseada em previsões e orçamentos financeiros detalhados, elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa à qual os ativos estão alocados. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros, com premissas-chave baseadas na experiência passada e alinhadas a fontes externas de informação.

Além disso, a Companhia registra estimativa para redução ao valor recuperável em casos de fechamento de lojas, quando estas são aprovadas pela Administração. A estimativa para perda é constituída no montante estimado para baixa de ativos, sendo revertida no momento da efetiva baixa.

19.2. Avaliação do valor recuperável por unidade geradora de caixa (UGC)

A Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, após o imposto de renda, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração, observando a consistência com os resultados apresentados no passado. Para a elaboração do fluxo de caixa descontado, foram consideradas as premissas abaixo:

I. Taxa de desconto: calculada considerando a taxa livre de risco, o risco do negócio, a taxa cobrada pelo capital de terceiros e a estrutura de capital da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 13,83% a.a. Para o cálculo da taxa de desconto, a Companhia considera o passivo de arrendamento como parte da atividade de financiamento.

II. Receitas: projetadas até o prazo final do contrato de aluguel da loja; e

III. Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas, corrigidos por uma inflação estimada de 5,5% a.a. para 2025 e 4% a.a. para os períodos subsequentes, baseadas em estimativa do Banco Central.

Na data base 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Natureza	Teste de recuperabilidade		Operações descontinuadas, reformas e encerramentos de lojas		Total	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Imobilizado	-	-	(2.263)	(5.166)	(2.263)	(5.166)
Intangível	-	-	(375)	(7.111)	(375)	(7.111)
Subtotal	-	-	(2.638)	(12.277)	(2.638)	(12.277)
Direito de uso	(4.900)	(4.900)	-	(6.034)	(4.900)	(10.934)
Total	(4.900)	(4.900)	(2.638)	(18.311)	(7.538)	(23.211)



19.3. Avaliação do valor recuperável do ativo intangível sem vida útil definida

A recuperabilidade do ativo “direito de exploração dos serviços financeiros” foi avaliada com base no método de valor em uso, utilizando as melhores estimativas fornecidas pela Administração quanto ao desempenho futuro do negócio. Essa avaliação considerou a análise de dados gerenciais históricos, entrevistas com a Administração e a revisão dos resultados obtidos. As principais premissas são:

- I. Valor do ativo: R\$ 415 milhões;
- II. Data-base avaliação: 31 de outubro de 2024;
- III. Taxa de desconto: calculada pelo método do custo de capital próprio. A taxa de desconto utilizada foi de 14,11% a.a.;
- IV. Horizonte de projeção: Foram projetados fluxos de caixa para o período a partir de 1 de novembro de 2024 até 31 de dezembro de 2031, totalizando oito (7) anos e dois (2) meses. A partir de 2030 a projeção considera a estabilização do fluxo, com crescimento apenas inflacionário;
- V. Valor residual – Calculado por meio de perpetuidade considerando crescimento estabilizado relativo à inflação esperada no longo prazo (3,6%);
- VI. Receitas: projetadas considerando emissão de cartão, *churn* (cancelamentos), gasto médio por cartão, entre outras variáveis;
- VII. Despesas: projetadas considerando despesas de taxa de processamento de cartões (*interchange*), despesas operacionais e provisão para perda.

O valor recuperável do ativo “direito de exploração dos serviços financeiros” é superior ao seu valor contábil, e por este motivo, nenhuma estimativa para perda ao valor recuperável é reconhecida.

20. Arrendamentos

20.1. Política contábil material

O Grupo utilizou, como componente do custo, os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, brutos de PIS e COFINS. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados os pagamentos antecipados de arrendamentos e provisões para restauração de lojas, deduzidos dos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de



juros incremental, definida como a taxa de juros nominal (com inflação) equivalente à que o Grupo teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante.

O Grupo aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei nº 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referentes ao sucesso do Grupo na renovação de seus contratos. A avaliação se o Grupo está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. Os contratos vencidos que estão em ação renovatória não são considerados, pois ainda não constituem um direito nem é possível determinar qual o valor que esse contrato representa. Baseado no histórico das últimas renovações, em que os prazos e valores negociados diferem substancialmente dos contratos vencidos, o Grupo considera as renovações como um novo contrato, portanto não considera renovação no prazo.

20.2. Taxa de juros incremental

O Grupo chegou às suas taxas de juros incrementais com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade do Grupo (“spread” de crédito). Os spreads foram obtidos a partir dos spreads observados em dívidas emitidas por companhias do mesmo risco e setor (debêntures). As taxas são atualizadas para cada novo contrato de aluguel.

Taxas incrementais por prazos de contrato praticadas em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Prazos dos contratos	31/03/2025		31/12/2024	
	Taxa Real (% a.a.)	Taxa Nominal (% a.a.)	Taxa Real (% a.a.)	Taxa Nominal (% a.a.)
de 0 a 3 anos	9,4	16,2	5,3	12,3
de 3 a 5 anos	7,4 - 7,6	15,9 - 16,1	2,1 - 8,8	6,6 - 15,3
de 5 a 6 anos	7,5	15,6	3,5 - 7,5	11,8 - 15,3
de 6 anos a 10 anos (ou mais)	7,4 - 9,1	14,2 - 17,2	6,5 - 9,4	11,6 - 16,2



20.3. Movimentação de saldos do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento (Controladora e Consolidado)

20.3.1. Movimentação do ativo de direito de uso

	Ativo por direito de uso			Passivo de arrendamento
	Imóveis	Equipamentos	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.502.621	27.288	1.529.909	(1.826.876)
Amortização	(90.524)	(1.548)	(92.072)	-
Encargos financeiros	-	-	-	(47.003)
Pagamentos realizados	-	-	-	132.306
Provisão para custos de desmontagem	5.451	-	5.451	-
Pagamentos antecipados	(252)	-	(252)	-
Contratos novos	13.380	-	13.380	(13.380)
Rescisões contratuais	(27.137)	-	(27.137)	34.471
Remensuração	63.540	27	63.567	(63.567)
Saldo em 31 de março de 2025	1.467.079	25.767	1.492.846	(1.784.049)
Passivo circulante				359.412
Passivo não circulante				1.424.637

O montante apresentado acima não está deduzido dos créditos de PIS/COFINS sobre o pagamento de arrendamentos, no valor de R\$ 11.763, e sobre os juros, no valor de R\$ 3.634. Esses créditos foram registrados diretamente no resultado como redutores da despesa de amortização e de juros. Em 2025, houve a renovação de 8 contratos e 3 novos contratos.

20.4. Comparação de projeções de arrendamentos entre os cenários

Atendendo à orientação da CVM e com o objetivo de proporcionar ao mercado uma visão completa dos diversos efeitos que surgem com a aplicação de modelos com e sem inflação no fluxo de pagamentos mínimos dos arrendamentos, usando uma mesma taxa de juros incremental para desconto (7,4% a 17,2%), são apresentados a seguir os saldos comparativos do passivo do arrendamento do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de amortização do atual exercício social de acordo com os seguintes cenários:

Cenários	Taxa Incremental	Fluxo de pagamentos futuros
1	Nominal	Com projeção da inflação
2	Nominal	Sem projeção da inflação

O cenário 2 foi o adotado pelo Grupo para os períodos findos em 31 de dezembro 2024, conforme determina o CPC 06 (R2) / IFRS16. Apresentamos abaixo os saldos comparativos do passivo de arrendamento:



31/12/2024

Cenários	Passivo de arrendamento	Encargos financeiros	Despesa de depreciação	Total de despesa
Cenário 1	1.527.976	169.541	344.550	514.091
Cenário 2 (contabilizado)	1.826.876	185.061	358.647	543.708

20.5. Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS (Controladora e Consolidado)

Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor justo dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	31/03/2025		31/12/2024	
	Pagamentos	Direito Potencial de PIS/ COFINS	Pagamentos	Direito Potencial de PIS/ COFINS
Com vencimento				
Menos de um ano	528.162	(47.050)	522.899	(47.372)
De um a cinco anos	1.372.472	(123.267)	1.407.659	(126.305)
Mais de cinco anos	536.306	(47.912)	551.011	(49.118)
Total dos pagamentos mínimos	2.436.940	(218.229)	2.481.569	(222.795)
Desconto ao valor presente dos pagamentos mínimos	(652.891)	84.689	(654.693)	58.566
Valor presente dos pagamentos mínimos	1.784.049	(133.540)	1.826.876	(164.229)
Passivo Circulante	359.412		352.734	
Passivo Não circulante	1.424.637		1.474.142	

O direito potencial de PIS/COFINS refere-se ao montante que o Grupo terá direito a se recuperar caso os pagamentos futuros previstos de arrendamentos se concretizem.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2025, a despesa relativa aos 18 contratos de arrendamento variável foi de R\$1.158 (19 contratos no mesmo período de 2024 no montante R\$ 1.160). As despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor totalizaram R\$4.679 (R\$ 3.614 no primeiro trimestre de 2024), e se referem a aluguéis de impressoras e empilhadeiras. Devido à baixa relevância, não estão sendo apresentados o compromisso futuro dos pagamentos mínimos dos arrendamentos de ativos de baixo valor e contratos de curto prazo, bem como as despesas projetadas e a análise de sensibilidade dos arrendamentos variáveis.

O Grupo não fornece imóveis em garantia para nenhuma de suas operações.



20.6. Redução ao valor recuperável

Os ativos de direito de uso também são sujeitos ao teste de valor recuperável. A metodologia é a mesma que do imobilizado (Nota 17).

21. Fornecedores

21.1. Política contábil material

Fornecedores representam as obrigações do Grupo decorrentes da compra de produtos, serviços, gastos com ocupação, imobilizado e intangível. As operações de compras a prazo são ajustadas ao valor presente na data das transações, com impacto na rubrica de estoques, para as compras de mercadorias, e fornecedores. Sua realização tem como contrapartida o resultado financeiro, pela fruição de prazo.

21.2. Composição dos saldos

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Fornecedores de mercadorias		628.619	716.403	628.619	716.403
Fornecedores – Partes Relacionadas		152.590	103.085	148.174	98.521
Fornecedor Bradescard	(a)	629.214	608.563	629.214	608.563
Fornecedores de materiais, ativos e serviços		313.211	471.068	330.096	487.518
Ajuste a valor presente		(20.124)	(21.544)	(20.124)	(21.544)
		1.703.510	1.877.575	1.715.979	1.889.461
Passivo circulante		1.703.435	1.877.357	1.715.904	1.889.243
Passivo não circulante		75	218	75	218

- (a) Em novembro de 2021, o Grupo adquiriu o direito de exploração de serviços financeiros, também chamado de “balcão Bradesco” pelo valor de R\$ 415 milhões, que está registrado como ativo intangível e sob a rubrica de fornecedores de curto prazo. Será liquidado em julho de 2025. O montante a pagar é atualizado mensalmente e o resultado da correção monetária é registrado contra as despesas financeiras no subgrupo “juros com fornecedores” (nota 32). Em 31 de março de 2025, o valor corrigido é de R\$ 629 milhões. Este contrato possui cláusula restritiva (“covenants”), com as mesmas condições mencionadas no item 23.6 Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”) para empréstimos e debêntures.

21.3. Ajuste a valor presente

O Grupo efetua o desconto a valor presente do saldo de fornecedores considerando taxas de juros que se aproximam das praticadas no mercado. As taxas de juros mensais utilizadas para o cálculo a valor presente dos fornecedores em aberto em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foram de 1,12% e 0,97%, respectivamente. A contrapartida do ajuste a valor presente é efetuada contra os estoques e a recomposição dos juros é registrada *pro rata die* e lançada na conta de despesa financeira.



22. Obrigações de risco sacado

22.1. Política contábil material

O Grupo firma acordos de financiamento com seus fornecedores e a participação no acordo é opcional para eles. Os fornecedores que aderem ao acordo de financiamento receberão o pagamento antecipado das faturas enviadas ao Grupo por meio de instituições financeiras externas. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa à instituição financeira, da qual o Grupo não é parte. Para que a instituição financeira pague as faturas, os bens devem ter sido recebidos e as faturas devem ser aprovadas pelo Grupo. Os pagamentos aos fornecedores antes da data de vencimento da fatura são processados pela instituição financeira e, em todos os casos, o Grupo quita a fatura original pagando a instituição financeira de acordo com a data de vencimento original mencionada. Os prazos de pagamento com os fornecedores não foram renegociados em conjunto com os acordos. O Grupo não fornece garantias à instituição financeira. Todos os fornecedores a prazo sujeitos ao acordo de financiamento estão incluídos em fornecedores no balanço patrimonial das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O convênio não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre o Grupo e seu fornecedor, e, por este motivo, os saldos a pagar foram considerados como passivos operacionais. Caso os saldos de obrigações de risco sacado fossem considerados como passivos financeiros, o cumprimento das cláusulas de *covenants* estariam mantidos.

22.2. Composição dos saldos

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Obrigações de Risco Sacado	(a)	190.272	350.043	190.272	350.043

Intervalo de vencimento dos pagamentos

Passivos que fazem parte das operações de risco sacado

108 dias 107 dias **108 dias** 107 dias

Fornecedores e outras contas a pagar que não fazem parte das operações de risco sacado

89 dias 90 dias **89 dias** 90 dias

(a) Todos os fornecedores receberam os pagamentos diretamente do banco com o qual o contrato foi firmado.

O Grupo recebeu com essa operação uma comissão no montante de R\$910 referente ao período findo de 31 de março de 2025 (R\$3.744 durante o mesmo período de 2024). No primeiro trimestre findo de 31 de março 2025 a taxa de desconto ficou entre 1,57% a.m. a 1,87% a.m. (ante 1,57% a.m. a 1,89% a.m. durante o mesmo período de 2024).

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2025 não houve antecipação pelos fornecedores diretamente com o Grupo e não houve receita registrada como receita financeira.



23. Empréstimos e debêntures

23.1. Política contábil material

Os empréstimos e debêntures são reconhecidos inicialmente a valor justo e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto em contrato. Os custos incorridos, incluindo taxas, comissões e outros custos estão sendo registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros gastos incorridos pelo Grupo relativos aos empréstimos. Os juros pagos de empréstimos, debêntures e passivo de arrendamento são apresentados como atividade de financiamento no fluxo de caixa.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



23.2. Composição dos empréstimos e debêntures (Controladora e Consolidado)

Condições contratadas					Movimentação no ano					Vencimento			
Descrições	Nota	Taxas a.a.	Emissão	Valor	31 de dezembro de 2024	Pagamento de principal	Pagamento dos juros	Despesa com Juros, Amortização e var cambial	31 de março de 2025	2.025	2.026	2.027	2028
Em moeda nacional													
Debêntures 1ª Emissão série única	(a)	100% CDI+ 2,15%	20/05/2021	500.000	136.178	-	-	4.789	140.967	140.967	-	-	-
Notas Comerciais escriturais – série única, 1ª emissão	(b)	100% CDI + 2,45%	18/03/2022	250.000	259.262	-	(17.090)	9.188	251.360	1.360	125.000	125.000	-
Debêntures 2ª Emissão 1ª série	(c)	100% CDI + 2,10%	08/04/2022	247.500	188.070	-	-	6.591	194.661	194.661	-	-	-
Debêntures 2ª Emissão 2ª série	(c)	100% CDI + 2,40%	08/04/2022	352.500	55.712	-	-	1.993	57.705	16.599	13.702	13.702	13.702
Notas Comerciais escriturais – série única, 3ª emissão	(d)	100% CDI+ 2,70%	22/05/2023	200.000	81.497	(40.200)	(2.952)	3.315	41.660	41.660	-	-	-
Debêntures 3ª Emissão 1ª série	(e)	100% CDI + 1,80%	15/07/2024	495.963	521.569	-	(28.355)	17.072	510.286	14.323	-	495.963	-
Notas Comerciais escriturais – série única, 4ª emissão	(f)	100% CDI + 1,50%	27/09/2024	70.000	72.137	-	(4.515)	2.414	70.036	36	70.000	-	-
Notas Comerciais escriturais – série única, 5ª emissão	(g)	100% CDI + 1,40%	05/11/2024	80.000	81.336	-	-	1.819	83.155	3.155	80.000	-	-
(-) Custo de transação a apropriar					(9.544)	-	-	1.466	(8.078)	(2.946)	(3.337)	(1.770)	(25)
Total moeda nacional					1.386.217	(40.200)	(52.912)	48.647	1.341.752	409.815	285.365	632.895	13.677
Em moeda estrangeira													
Capital de giro - modalidade 4.131	(h)	USD + 5,35 %	04/09/2024	USD 17.769	111.796	-	(3.295)	(6.466)	102.035	462	101.573	-	-
Total moeda estrangeira					111.796	-	(3.295)	(6.466)	102.035	462	101.573	-	-
Total					1.498.013	(40.200)	(56.207)	42.181	1.443.787	410.277	386.938	632.895	13.677
Passivo circulante					456.541				585.225				
Passivo não circulante					1.041.472				858.562				
Swap – capital de giro (*)		100% CDI + 1,40%		-	(6.551)	-	-	-	488	-	488	-	-

(*) vide nota 34.2.1.2



(a) Debêntures 1ª emissão série única: 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição (CVM nº 476). Os custos incorridos com a 1ª emissão de debêntures, totalizaram R\$ 3.619 e o valor apropriado no período findo em 31 de março de 2025 é de R\$ 122 (2024: R\$ 1.078).

(b) Notas comerciais escriturais 1ª emissão série única: 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada, e da Instrução CVM 476. Os custos incorridos totalizaram R\$ 1.528 e o valor apropriado no período findo em 31 de março de 2025 é de R\$ 76 (2024: R\$306).

(c) Debêntures 2ª emissão 2 séries: 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Companhia. Os custos incorridos totalizaram R\$4.521 e o valor apropriado no período findo em 31 de março de 2025 é de R\$ 113 (2024: R\$2.357).

(d) Notas comerciais escriturais 3ª emissão série única: 3ª (terceira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, em rito de registro automático nos termos do artigo 45 e seguintes da Lei nº 14.195 da resolução da CVM nº 160. Os custos incorridos totalizaram R\$ 3.331 e o valor apropriado no período findo em 31 de março de 2025 é de R\$ 416 (2024: R\$ 1.665).

(e) Debêntures 3ª emissão série única: 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. Os custos totalizaram R\$ 8.274 e o valor apropriado no período findo em 31 de março de 2025 é de R\$ 1.827.

Para a 3ª emissão de debêntures a Companhia realizou uma “exchange” da 1ª (primeira) e da 2ª (segunda) emissões conforme abaixo:

- I. Em 01 de agosto de 2024, 231.440 debêntures simples da 1ª (primeira) emissão, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$1,00 foram baixadas, assim a 1ª (primeira) emissão de debêntures passou a configurar com as seguintes quantidades e valores: 268.560 debêntures simples, perfazendo o montante total de R\$134.280.
- II. Em 02 de agosto de 2024, 62.413 debêntures simples da 2ª (segunda) emissão, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$1,00 foram baixadas e em 05 de agosto de 2024, 297.691 debêntures simples da 2ª (segunda) emissão, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$1,00 foram baixadas, assim a 2ª (segunda) emissão de debêntures passou a configurar com as seguintes quantidades e valores: 239.896 debêntures simples, perfazendo o montante total de R\$239.896, sendo R\$185.087 Debênture de Primeira Série e R\$54.809 Debênture de Segunda Série. A data



de vencimento das parcelas e a remuneração de juros remanescentes da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) emissão de debêntures da Companhia permanecem os mesmos.

(f) Notas comerciais escriturais 4ª emissão série única: 4ª (quarta) emissão de notas comerciais não escriturais, em série única, para colocação privada, nos termos do artigo 45 e seguintes da Lei nº 14.195 de 26 de agosto de 2021.

(g) Captação modalidade 4.131 no montante de US\$17.769, com taxas de juros pré-fixada em 5,35% ao ano, protegidas pela operação de Swap (Instrumentos derivativos) para reais com remuneração de 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,40% ao ano, com prazo de liquidação previsto para 04 de setembro de 2026.

(h) Notas comerciais escriturais 5ª emissão série única: 5ª (quinta) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública, em rito de registro automático, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Lei 14.195 e da Resolução CVM 160. Os custos incorridos totalizaram R\$440 e o valor apropriado no exercício findo em 31 de março de 2025 é de R\$53.

Todos os recursos acima foram captados para reforço do capital de giro, sem concessão de garantia por parte do Grupo.

23.3. Movimentação dos empréstimos e debêntures

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Saldo inicial	1.498.013	1.687.854
(-) Custo de captação	(133)	(160)
(-) Pagamento de principal	(40.200)	(20.000)
(-) Pagamento dos juros	(56.207)	(28.350)
Total efeito caixa	(96.540)	(48.510)
(+) Juros	48.798	53.544
(+) Amortização dos custos	1.600	1.124
(+/-) Variação Cambial	(8.084)	-
Total sem efeito caixa	42.314	54.668
Saldo final	1.443.787	1.694.012

23.4. Cláusulas contratuais restritivas “covenants”

Os contratos de financiamento e debêntures contêm cláusulas restritivas usuais, que podem resultar em vencimento antecipado caso não sejam cumpridas.

Com base nas cláusulas vigentes, o Grupo deve atender a certos *covenants* financeiros e não financeiros. Os *covenants* financeiros, medidos anualmente em 31 de dezembro, incluem os seguintes principais indicadores:



- I. Dívida Líquida / EBITDA Ajustado:** Manutenção da razão entre Dívida Líquida (composta por empréstimos e debêntures mais ou menos o saldo de derivativos menos caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira) e EBITDA Ajustado (composto pelo EBITDA mais receita com desconto de fornecedores menos os resultados não operacionais, definidos como venda de ativos, provisões/reversões de contingências, *impairment* e despesas de reestruturação), em patamar igual ou inferior a 3,0 vezes, que serão calculados anualmente sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Para tal cálculo considera-se o EBITDA Ajustado (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) dos últimos 12 (doze) meses e desconsidera os efeitos trazidos pela adoção do CPC06/IFRS16.

Os “covenants” não financeiros são, substancialmente:

- I. Publicação das Demonstrações Contábeis:** A Emissora deve publicar e manter disponíveis suas demonstrações contábeis consolidadas auditadas.
- II. Sentença Condenatória:** É vedada a existência de sentença condenatória que envolva atos de discriminação racial ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, exploração da prostituição ou crimes contra o meio ambiente.

O Grupo monitora periodicamente os indicadores que podem impactar os *covenants*. As restrições impostas são usuais em operações dessa natureza e não limita a capacidade do Grupo de conduzir seus negócios até o momento. Em 31 de março de 2025, a Companhia cumpria com todas as cláusulas de *covenants*.

24. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Incentivo de curto prazo	109.308	107.633	111.305	109.484
Férias e encargos	85.389	88.671	86.064	89.342
Salários e encargos	43.546	51.937	43.906	52.304
13º salário e encargos	14.576	-	14.710	-
Encargos s/ incentivo de longo prazo	34.273	21.732	34.273	21.732
Outras obrigações	22.165	27.117	22.269	27.274
	309.257	297.090	312.527	300.136
Passivo circulante	281.451	276.780	284.721	279.826
Passivo não circulante	27.806	20.310	27.806	20.310



25. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
ICMS	33.863	200.557	33.863	200.557
PIS/ COFINS	32.063	104.641	32.436	105.533
IR/ CSLL	-	61.274	1.308	61.993
Outros	7.374	22.406	8.051	23.205
	73.300	388.878	75.658	391.288
Passivo circulante	57.769	373.489	60.127	375.899
Passivo não circulante	15.531	15.389	15.531	15.389

26. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

26.1. Política contábil material

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

26.2. Saldos e movimentações das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração, baseada no parecer de seus assessores jurídicos, constitui provisões para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis, com perspectiva de futura saída de recurso financeiro pelo Grupo.

26.2.1. Controladora

	Nota	31/12/2024	Constituição (reversão)	Pagamentos	Atualização	31/03/2025
Tributárias	(a)	252.397	1.564	(17.455)	4.239	240.745
Trabalhistas	(b)	35.616	3.266	(3.374)	942	36.450
Cíveis	(b)	1.999	523	(579)	51	1.994
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		290.012	5.353	(21.408)	5.232	279.189



26.2.2. Consolidado

	Nota	31/12/2024	Constituição (reversão)	Pagamentos	Atualização	31/03/2025
Tributárias	(a)	252.397	1.564	(17.455)	4.239	240.745
Trabalhistas	(b)	35.616	3.266	(3.374)	942	36.450
Cíveis	(b)	5.039	575	(579)	51	5.086
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		293.052	5.405	(21.408)	5.232	282.281

- (a) As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas aos seguintes tributos:

PIS/COFINS: Glosa de direito ao crédito de PIS e COFINS relativos a: (i) insumos utilizados na atividade fim e de (ii) créditos de COFINS Importação;

ICMS: Glosa de créditos e discussões sobre aplicação de multas, base de cálculo, entre outros;

Outras Tributárias: Exclusão do ICMS e ISS da base de cálculo da CPRB e incidência das contribuições previdenciárias sobre as parcelas descontadas dos empregados a título de vale transporte, vale alimentação, assistência médica e odontológica.

As principais movimentações ocorridas no período findo em 31 de março de 2025 se deram, substancialmente, em razão de:

- i. Reversão parcial da provisão "Outras Tributárias", em razão da decisão do STF, relativa ao Tema 846, que em sede de repercussão geral julgou constitucional a contribuição social de 10% sobre o saldo do FGTS. Diante disso, a ação judicial em curso teve decisão definitiva desfavorável, sendo o valor do depósito judicial no montante de R\$17.433 convertido em renda a favor da União.
- (b) Cíveis e trabalhistas: A mensuração da provisão para disputas trabalhistas é obtida através da aplicação do percentual histórico de perdas sobre o valor total da causa (que representa a exposição máxima a que o Grupo está sujeito), informada para cada processo pelos assessores jurídicos do Grupo. Essa mensuração é revisada semestralmente, sendo a revisão mais recente no mês de dezembro de 2024. Já a mensuração da provisão das disputas cíveis considera a média histórica global de êxito e de pagamentos, e a avaliação individual de casos de valores relevantes.



26.3. Contingências não provisionadas

26.3.1. Contingências tributárias

Em 31 de março de 2025, o Grupo possui o montante atualizado de R\$ 527.150 (2024: R\$ 513.052), relativo a demandas judiciais e/ou administrativas com expectativa de perda avaliada como possível, razão pela qual não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as práticas contábeis vigentes. Abaixo estão sumariadas as principais demandas, com valores do principal acrescido de multa e juros, e cuja perda é possível na avaliação de nossos assessores jurídicos:

	Nota	Controladora e Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024
PIS/COFINS - Glosa de créditos	(a)	160.632	157.769
IRPJ/CSLL e PIS/COFINS - Momento da tributação	(b)	142.660	139.931
INSS - Compensações não homologadas e outros	(c)	51.017	42.400
ICMS - Glosa de créditos e outros	(d)	60.443	61.484
PIS/COFINS - Compensações não homologadas	(e)	63.779	62.682
Tributos de Importação	(f)	32.817	32.389
IRPJ e CSLL - Compensações não homologadas	(g)	13.440	14.086
Outras demandas	(h)	2.362	2.311
		527.150	513.052

- a) Glosa de créditos relativos as despesas utilizadas como insumos;
- b) Processos administrativos em que se discute o momento da tributação do indébito tributário. Os assessores jurídicos da Companhia classificam a discussão relativa aos valores de multa e juros com "risco de perda possível".
- c) INSS - Processos administrativos em que se discute a não homologação de pedidos de compensação de créditos previdenciários e outros.
- d) ICMS - Glosa de créditos e supostas divergências de estoque. Em 2025, o caso relativo ao ICMS-DIFAL do estado da Bahia, no montante de R\$ 1.800, foi revertido em razão do encerramento da execução fiscal com decisão favorável à Companhia.;
- e) Não homologação de pedidos de compensação;
- f) Tributos de Importação - Processos administrativos em que se discute a não inclusão de royalties pagos por uso de marcas licenciadas;
- g) IRPJ e CSLL - Compensações não homologadas.

26.3.2. Contingências cíveis e trabalhistas

Com relação às causas cíveis e trabalhistas, o Grupo informa que as provisões são revisadas periodicamente e constituídas conforme metodologia descrita na nota 26.2.2b.

Em decorrência de fatores externos, não sob controle do Grupo, não é praticável a determinação da época de desembolso, se houver, das discussões judiciais e administrativas que o Grupo venha a perder.



27. Outros Passivos

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Obrigações com locatários	(a)	58.714	54.310	58.714	54.310
Crédito de clientes	(b)	7.691	12.722	18.494	22.382
Seguros a repassar		-	-	7.976	9.996
IPTU		4.043	1.004	4.043	1.004
Outros		7.180	6.553	7.229	6.597
		77.628	74.589	96.456	94.289
Passivo circulante		23.218	24.033	42.046	43.733
Passivo não circulante		54.410	50.556	54.410	50.556

- a) Refere-se, substancialmente, a incentivos de aluguel recebidos dos locatários no valor de R\$8.831 (R\$9.613 em 2024), à provisão de R\$44.607 para restaurar a loja à sua condição original (R\$39.941 em 2024) e aos valores em discussão no montante de R\$1.888 (R\$ 1.620 em 2024) em ação revisional.
- b) Refere-se a vales-troca e cartões-presentes válidos e ainda não utilizados pelos clientes, assim como a créditos excedentes, provenientes de pagamentos realizados a maior por clientes do cartão de crédito C&A Pay, que serão abatidos de compras futuras e/ou devolvidos aos clientes.

28. Patrimônio líquido

28.1. Política contábil material

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

28.2. Capital social

Em 31 de março de 2025, o capital social no valor de R\$ 1.847.177 é representado por 308.245.068 ações ordinárias totalmente integralizadas (2024: 308.245.068), das quais a quantidade de ações em circulação é de 141.013.341 ações ordinárias (2024: 101.313.341).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição acionária em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é apresentada como segue:

Ano/%	COFRA Investment SARL	Incas SARL	COFRA Latin America	Administração	Tesouraria	Ações em circulação
31/03/2025	80.363.049	80.939.166	9.068	2.422.565	7.787.926	136.723.294
%	26,07%	26,26%	0,003%	0,79%	2,53%	44,36%
31/12/2024	80.363.049	80.939.166	17.121	2.288.265	3.624.126	141.013.341
%	26,07%	26,25%	0,01%	0,74%	1,18%	45,75%

Total 2025: 308.245.068
Total 2024: 308.245.068

Conforme o estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até 393.000.000 de novas ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal.

28.3. Ações em tesouraria

Em 18 de abril de 2024, foi comunicado ao mercado a aprovação, em Reunião do Conselho da Administração (RCA), do Programa de Recompra de ações, com duração de 18 meses, iniciando-se em 19 de abril de 2024, com encerramento em 13 de janeiro de 2025, com vistas a atender ao exercício de opções de compra de ações no âmbito dos planos de compra de opções vigentes e aprovados em Assembleia Geral realizadas em 2 de outubro de 2019 e 28 de abril de 2023.

Em 13 de janeiro de 2025 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de um novo plano de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia, com duração de até 18 meses, iniciando-se em 13 de janeiro de 2025 e terminando em 13 de julho de 2026. A Companhia, nos termos do Novo Plano de Recompra, ora aprovado, poderá adquirir até 5.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, respeitando as limitações estabelecidas na RCM 77/22.

Programa de recompra de ações (em quantidade de ações em tesouraria)					
Programa	Data de início	Data de término	Total Programa	Total Recomprado	Saldo a Recomprar
1	18/04/2024	13/01/2025	3.000.000	3.000.000	-
2	13/01/2025	13/07/2026	5.000.000	4.163.800	836.200



Em março de 2024 a Companhia destinou para os participantes no âmbito de planos de incentivos baseados em ações, sem redução do capital social a quantidade de 2.026.375 ações em tesouraria, a um custo médio de R\$ 3,21 por ação, totalizando um montante de R\$6.497.

	Quantidade	Custo médio por ação	Valor histórico	Valor de mercado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.650.501	3,21	8.498	20.753
Entrega das ações Plano 2021	(2.026.375)	3,21	(6.497)	
Recompra de ações	3.000.000	10,79	32.364	32.364
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.624.126	9,48	34.365	28.124
Recompra de ações	4.163.800	8,66	36.039	36.039
Saldo em 31 de março de 2025	7.787.926	9,04	70.404	82.708

28.4. Reserva de capital - ações outorgadas

Refere-se à reserva constituída para as opções outorgadas de acordo com o plano de remuneração baseado em ações. Para maiores detalhes, verificar na Nota 10.

28.5. Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual 5% serão destinados para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 31 de março de 2025 é de R\$ 87.831 (2024: R\$ 87.831).

28.6. Reserva de lucros a realizar

A Companhia destinou R\$75.720 para a reserva de lucros a realizar que está condicionada a utilização dos créditos de PIS/COFINS da 2ª ação, os quais ainda estão pendentes de utilização, e por este motivo permanecem nesta reserva R\$75.720 em 31 de março de 2025.

28.7. Reserva para investimento

Essa reserva tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro do Grupo e o desenvolvimento de suas atividades, observado que seu saldo, somado aos saldos de outras reservas de lucros, excetuadas reservas para contingência, reservas de incentivos fiscais e reservas de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do artigo 199 da Lei 11.638/07, sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2024, baseado no orçamento de capital da Companhia, foram destinados R\$291.293 para a reserva de investimento. O saldo da reserva de investimento em 31 de março de 2025 é de R\$1.238.905.



28.8. Reserva para incentivos fiscais

O Grupo goza de incentivos fiscais de ICMS na forma de crédito presumido em razão de sua operação no Estado de Santa Catarina. Assim reconhece seus impactos como crédito na demonstração de resultado nos períodos ao longo dos quais reconhece os custos relacionados. A destinação desse incentivo para a reserva de incentivos fiscais está limitada à apuração de lucro no exercício já deduzidas das reservas obrigatórias. Essa destinação de resultado para incentivos fiscais, é feita anualmente, em dezembro. Em 31 de março de 2025 o total da reserva para incentivos fiscais é de R\$36.677 (2024: R\$ 36.677).

28.9. Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se à parcela considerada efetiva dos instrumentos financeiros designados para hedge de fluxo de caixa, conforme nota 34.

29. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar (JSCP)

29.1. Política contábil material

Conforme previsto no Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais e acrescido da reversão de reservas anteriormente formadas, sendo reconhecido como passivo na data do balanço. Eventuais valores que excederem esse mínimo obrigatório são apresentados como dividendos adicionais propostos na demonstração das mutações do patrimônio líquido e registrados como dividendos a pagar somente na data em que tais dividendos adicionais forem aprovados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral. Os juros sobre capital próprio são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios líquidos de imposto de renda retido na fonte, conforme regulado pela resolução CVM nº 143/2022.

29.2. Distribuição de JSCP e dividendos

	Nota	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		452.477
(-) Reserva legal		(22.623)
(-) Reserva de incentivos fiscais		(22.117)
Base de cálculo dos dividendos		407.737
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%		101.934
Distribuição dividendos e JSCP		
Distribuição JSCP	(a)	105.000
(-) IRRF sobre JSCP		(14.509)
Dividendos	(a)	11.443
Total a ser distribuído		101.934

(a) Considera valor de R\$53.035 referente ao JSCP e dividendos com partes relacionadas.

O benefício fiscal obtido com os juros sobre capital próprio é de R\$35.700 e foi reconhecido na demonstração de resultado de 2024.



30. Receita líquida

30.1. Política contábil material

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios para o reconhecimento descritos no CPC47/IFRS15. Os critérios específicos a seguir também deve ser satisfeito antes de haver reconhecimento de receita:

30.1.1. Venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias é reconhecida quando o Grupo cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador.

As operações de venda seguidas de devolução ocorrem substancialmente nas operações de e-commerce e, atualmente, não são significativas para ensejar registro de estimativas na data do balanço. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são imediatamente convertidas em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor.

Quando há expectativa, baseada em comportamentos passados, de os clientes não exercerem seus direitos contratuais referentes a pré-pagamentos não restituíveis, o Grupo reconhece uma receita. Isso ocorre no caso de vale-troca e cartão presente emitidos e não utilizados.

30.1.2. Prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços são compostas por comissões recebidas pela comercialização de produtos de seguros aos clientes C&A Pay, por comissões pela venda de recargas e outras comissões.

30.1.3. Receita com comissão por intermediação de serviços financeiros – parceria Bradesco

Representa a receita com comissão de intermediação financeira pelo serviço prestado de recebimento de boletos e com comissão pelo agenciamento de serviços financeiros e cartões de crédito. O cálculo contempla a comissão sobre as receitas de juros e tarifas cobradas dos clientes do Bradesco que utilizaram a intermediação do Grupo, além dos custos e despesas operacionais a elas relacionados.

30.1.4. Receitas com produtos financeiros

Representa os juros das vendas parceladas e juros de atraso da carteira originada na SCD – C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. (“SCD”) e cedida ao FIDC - Fundo de Investimento a um Direito Creditório. Em conformidade com o regime de competência, as receitas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem na medida em que seja provável o seu recebimento. As operações formalizadas com encargos financeiros pré-fixados são atualizadas pro rata dia e está registrada como receita com produtos financeiros. O impacto que a cessão de recebíveis entre as empresas do Grupo gera no resultado, devido às cessões com ágio ou deságio, são eliminados no resultado consolidado.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



30.2. Composição da receita líquida

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Venda de mercadorias	2.119.068	1.867.951	2.122.750	1.872.716
Cancelamentos, trocas e vouchers	(120.599)	(119.344)	(120.599)	(119.344)
Impostos sobre vendas de mercadorias	(492.479)	(422.150)	(492.479)	(422.150)
Receita líquida com venda de mercadorias	1.505.990	1.326.457	1.509.672	1.331.222
Receita de comissões, serviços e produtos financeiros	(a) 32.810	41.530	107.808	127.961
Impostos sobre comissões e serviços	(4.257)	(5.122)	(5.398)	(6.175)
Receita líquida com prestação de serviços	28.553	36.408	102.410	121.786
	1.534.543	1.362.865	1.612.082	1.453.008

(a) Trata-se das operações de financiamento do C&A Pay, cuja carteira é originada da SCD – C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. ("SCD"), que é cedida, no dia seguinte à sua origem, a um FIDC - Fundo de Investimento a um Direito Creditório, o qual registra juros das vendas parceladas e juros de atraso.

31. Resultado por natureza

31.1. Classificado por função

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(739.982)	(682.690)	(740.084)	(682.659)
Gerais e administrativas	(217.927)	(203.396)	(218.236)	(203.767)
Vendas	(560.321)	(521.702)	(566.772)	(534.013)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(29.640)	(41.004)
Outras receitas operacionais, líquidas	16.397	64.313	16.397	64.317
	(1.501.833)	(1.343.475)	(1.538.335)	(1.397.126)

31.2. Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Pessoal	(99.124)	(95.692)	(99.395)	(96.048)
Material/serviços de terceiros	(46.088)	(33.242)	(46.123)	(33.232)
Depreciação e amortização	(51.428)	(55.510)	(51.428)	(55.533)
Depreciação direito de uso	(5.925)	(6.203)	(5.925)	(6.203)
Ocupação	(2.824)	(2.447)	(2.824)	(2.447)
Outros	(12.538)	(10.302)	(12.541)	(10.304)
	(217.927)	(203.396)	(218.236)	(203.767)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



31.3. Despesas com vendas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Pessoal	(174.875)	(169.370)	(177.418)	(173.219)
Material/serviços de terceiros	(94.861)	(77.948)	(104.451)	(89.516)
Depreciação direito de uso	(78.020)	(76.486)	(78.020)	(76.486)
Depreciação e amortização	(34.432)	(33.872)	(34.432)	(33.872)
Ocupação	(96.344)	(94.507)	(96.344)	(94.507)
Publicidade e Promoção	(30.622)	(23.631)	(30.622)	(23.631)
Outros	(51.167)	(45.888)	(45.485)	(42.782)
	(560.321)	(521.702)	(566.772)	(534.013)

31.4. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas, por natureza

São consideradas outras (despesas) receitas operacionais valores que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas do Grupo e não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Baixa de ativos e encerramento de lojas/CDs	(a)	4.234	(15.661)	4.234	(15.661)
Créditos e despesas tributárias	(b)	7.708	56.814	7.708	56.814
Reversão (provisão) contingências tributárias	(c)	(737)	23.619	(737)	23.619
Outros	(d)	5.192	(459)	5.192	(455)
		16.397	64.313	16.397	64.317

- (a) Contempla provisões e reversões de baixa de ativos, descontinuidade de linhas de negócios e multas contratuais;
- (b) Em 2025 a recuperação de créditos tributários está demonstrada líquida dos gastos com advogados e consultoria e compreende, substancialmente, créditos extemporâneos de PIS e COFINS no montante de R\$1.699 (2024: R\$ 62.880), crédito de recuperação do ICMS (novo conceito interpretativo com base em julgado do STJ) no montante de R\$4.192 e crédito de PIS/COFINS sobre comissão "Minha C&A" no montante de R\$1.495.
- (c) Em 2024 refere-se, substancialmente, a estorno de provisões sobre créditos de PIS e COFINS no montante de R\$35.414 e provisão de INSS e ICMS no montante de R\$11.563.
- (d) Baixa de passivo de arrendamento devido à redução de área de imóvel locado.



32. Resultado financeiro

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Variação Cambial				
Empréstimos	(937)	-	(937)	-
Compras	3.153	(1.931)	3.153	(1.931)
	2.216	(1.931)	2.216	(1.931)
Receitas Financeiras				
Atualização monetária sobre créditos tributários	(a) 24.547	110.103	24.532	110.103
Juros sobre aplicação financeira	31.402	25.623	31.220	25.587
Receita financeira de fornecedores	909	3.744	909	3.744
Outras receitas financeiras	2	1	2	1
	56.860	139.471	56.663	139.435
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(48.798)	(53.653)	(48.798)	(53.653)
Juros sobre arrendamento	(43.369)	(39.524)	(43.369)	(39.524)
Despesa financeira de fornecedores – AVP	(26.095)	(28.023)	(26.095)	(28.023)
Juros com fornecedor Bradescard	(20.685)	(16.370)	(20.685)	(16.370)
Atualização monetária sobre impostos e contingências	(5.012)	(5.977)	(5.013)	(5.977)
Encargos com antecipação de recebíveis (nota 8.3)	(10.699)	(8.626)	-	-
Outras despesas financeiras	(1.779)	(1.181)	(1.789)	(1.190)
	(156.437)	(153.354)	(145.749)	(144.737)
Resultado FIDC C&A Pay	(b) 46.037	41.582	-	-
Receita financeiras com títulos e valores mobiliários	-	-	9.727	3.334
Resultado financeiro líquido	(51.324)	25.768	(77.143)	(3.899)

- (a) Em março de 2025, as receitas com juros contemplam o valor de R\$ 14.795 (R\$ 108.872 em março de 2024) referente à atualização monetária sobre os créditos tributários extemporâneos de PIS/COFINS, deduzidos da tributação pelo PIS/COFINS no montante de R\$ 688 (R\$ 5.063 em março de 2024) vide nota 12.2.1.
- (b) Refere-se a operação do FIDC C&A Pay, constituído como um fundo de investimento em direitos creditórios, cujas cotas são de titularidade da C&A Modas. Esse fundo adquire e administra os recebíveis gerados pelo cartão “private label” C&A Pay. O resultado do Fundo é apurado pelas receitas e despesas dessa operação, contabilizadas de acordo com as normas do CPC/IFRS (International Financial Reporting Standard).



- (b) O valor eliminado de R\$6.653, refere-se ao custo *funding*, que representa a despesa incorrida pelo C&A Pay para financiar o saldo dos clientes. Esse saldo pode incluir valores em atraso, crédito rotativo ou compras com juros. A receita financeira dessa operação é reconhecida no Varejo. No resultado consolidado, tanto a despesa de *funding* quanto a receita associada à essa transação são eliminadas.

	Serviços Financeiros			Eliminação	Consolidado	
	Varejo	Parceria Bradescard	C&A Pay			
						Total Serviços Financeiros
Receita Operacional Líquida	1.339.140	12.817	110.120	122.937	(9.069)	1.453.008
Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados	(682.531)	(128)	(7.566)	(7.694)	7.566	(682.659)
Lucro bruto	656.609	12.689	102.554	115.243	(1.503)	770.349
Vendas	(388.168)	(4.235)	(40.321)	(44.556)	9.069	(423.655)
Gerais e administrativas	(138.346)	-	(3.685)	(3.685)	-	(142.031)
Perdas em Créditos, líquidas	-	-	(41.004)	(41.004)	-	(41.004)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	64.315	-	3	3	-	64.318
Resultado gerado pelos segmentos (sem depreciação)	194.410	8.454	17.546	26.000	7.566	227.976
Depreciação e amortização	(168.991)	(609)	(2.494)	(3.103)	-	(172.094)
Resultado financeiro						(3.899)
Impostos sobre o lucro						18.871
Lucro/(Prejuízo) líquido do período						70.854



34. Instrumentos financeiros e riscos

34.1. Instrumentos financeiros - Política contábil material

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Essencialmente, são instrumentos financeiros que conferem um direito ou uma obrigação, como ações, títulos de dívida, derivativos, entre outros.

34.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócios para a gestão destes instrumentos financeiros. No Grupo estão classificados em:

I. Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem as contas: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais e partes relacionadas. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A mensuração subsequente depende da sua classificação. No caso de fornecedores, empréstimos, contas a pagar com partes relacionadas e arrendamento mercantil a pagar são classificados como passivos financeiros ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos

II. Valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria contempla as aplicações em títulos e valores mobiliários mantidas para negociação e as operações de swap que tem como objetivo proteger os empréstimos em moeda estrangeira.

III. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são operações com derivativos em que se aplica a contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*"). Também contempla as aplicações em títulos e valores mobiliários (LFTs) mantidas como disponíveis para venda. O Grupo adota *hedge accounting* e designa os contratos a termos futuros (NDF) como *hedge* de fluxo de caixa. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são determinados com base na taxa de câmbio e curva de juros.



34.1.2. Instrumentos financeiros derivativos - Hedge de fluxo de caixa

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos visando minimizar os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira. Contrata operações de *hedge* para proteger-se contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos; e por isso os designa como *hedge* de fluxo de caixa.

A parcela efetiva e não liquidada da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes. Esta parcela é realizada quando o risco para o qual o derivativo foi contratado é eliminado. Isso ocorre em dois momentos: na nacionalização da mercadoria e na liquidação dos instrumentos financeiros. Nesses momentos, os ganhos e perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo e no resultado financeiro, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida no resultado financeiro.

Categoria dos instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros foram detalhadamente resumidos e classificados da seguinte maneira:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	1.046.571	1.262.270	1.192.899	1.403.225
Contas a receber	621.623	1.076.795	1.202.124	1.862.821
Depósitos judiciais	129.071	144.935	129.077	144.940
Subtotal	1.797.265	2.484.000	2.524.100	3.410.986
Valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	-	-	328.248	169.310
FIDC C&A Pay	800.641	854.604	-	-
Derivativos	4.047	6.551	4.047	6.551
Subtotal	804.688	861.155	332.295	175.861
Valor justo por meio outros resultados abrangentes				
Aplicações financeiras	-	-	(327)	-
Derivativos	798	18.255	798	18.255
Subtotal	798	18.255	471	18.255
Total dos ativos	2.602.751	3.363.410	2.856.866	3.605.102

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Arrendamento mercantil	(1.784.049)	(1.826.876)	(1.784.049)	(1.826.876)
Fornecedores	(1.893.782)	(2.227.618)	(1.906.251)	(2.239.504)
Empréstimos e debêntures	(1.443.787)	(1.498.013)	(1.443.787)	(1.498.013)
Subtotal	(5.121.618)	(5.552.507)	(5.134.087)	(5.564.393)
Valor justo por meio outros resultados abrangentes				
Derivativos	(15.306)	(319)	(15.306)	(319)
Subtotal	(15.306)	(319)	(15.306)	(319)
Total dos passivos	(5.136.924)	(5.552.826)	(5.149.393)	(5.564.712)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros do Grupo foi avaliado em 31 de março de 2025 e 2024, utilizando a hierarquia na categoria nível 2, que corresponde a dados observáveis significativos.

34.2. Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo as expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. Os riscos financeiros são avaliados e gerenciados de forma criteriosa, seguindo os limites e procedimentos definidos pela política financeira do Grupo.

34.2.1. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço, o qual pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, equivalentes e de caixa e outros ativos financeiros, investimentos em instrumentos de dívida e patrimoniais e instrumentos financeiro derivativos.

34.2.1.1. Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto ao risco de mudanças nas taxas de juros, o que pode impactar o retorno sobre seus ativos de curto prazo e seus passivos financeiros indexados ao CDI.

O Grupo busca manter iguais os indexadores de taxa de juros de seus ativos e passivos, de forma a reduzir o impacto do risco de variação da taxa de juros. Hoje, 100% das operações estão no mercado de créditos e capitais, predominantemente em instrumentos de renda fixa e indexados ao CDI. O Grupo também está exposto ao CDI na operação a pagar ao Bradescard referente à compra do balcão e na operação de *Swap* relacionado aos empréstimos em dólar.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração analisa continuamente a exposição às taxas de juros, comparando as taxas contratadas às vigentes no mercado e simulando cenários de refinanciamento e calculando o impacto sobre o resultado.

Foram realizados testes considerando cenários para a próxima divulgação com o objetivo de demonstrar o efeito da oscilação desse indexador no resultado. Os juros do cenário provável foram obtidos das taxas referenciais do site B3 em 31 de março de 2025 (CDI anualizado 14,39%).

Controladora								
Risco		Saldo em 31/03/2025	Taxa	Cenário provável	Aumento nos Juros		Queda nos juros	
					Cenário possível + 25%	Cenário remoto + 50%	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%
Aplicações financeiras	Baixa CDI	1.030.612	CDI (i)	141.704	177.130	212.556	106.278	70.852
Empréstimos e debêntures	Alta CDI	(1.443.787)	CDI (i)	(207.761)	(259.701)	(311.642)	(155.821)	(103.880)
Fornecedor Bradescard	Alta CDI	(629.214)	CDI (i)	(90.544)	(113.180)	(135.816)	(67.908)	(45.272)
Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS		(1.042.389)		(156.601)	(195.751)	(234.902)	(117.451)	(78.300)
Efeito no resultado líquido de IR/CS				(103.357)	(129.196)	(155.035)	(77.518)	(51.678)

Consolidado								
Risco		Saldo em 31/03/2025	Taxa	Cenário provável	Aumento nos Juros		Queda nos juros	
					Cenário possível + 25%	Cenário remoto + 50%	Cenário possível - 25%	Cenário remoto - 50%
Aplicações financeiras	Baixa CDI	1.377.460	CDI (i)	189.393	236.741	284.090	142.045	94.696
Empréstimos e debêntures	Alta CDI	(1.443.787)	CDI (i)	(207.761)	(259.701)	(311.642)	(155.821)	(103.880)
Fornecedor Bradescard	Alta CDI	(629.214)	CDI (i)	(90.544)	(113.180)	(135.816)	(67.908)	(45.272)
Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS		(695.541)		(108.912)	(136.140)	(163.368)	(81.684)	(54.456)
Efeito no resultado líquido de IR/CS				(71.882)	(89.852)	(107.823)	(53.911)	(35.941)

A receita financeira, demonstrada líquida de PIS e COFINS (4,65%), para aplicação financeira, considera-se um rendimento médio de 100,24% do CDI (2024: 100,23%) para a controladora e 100,18% (2024: 100,10%) do CDI no consolidado.



34.2.1.2. Risco cambial

O risco cambial existe nas operações comerciais futuras geradas, principalmente, por importações de mercadorias e de empréstimos contratados no exterior denominadas em dólar norte-americano. As diretrizes de gestão de risco cambial são definidas pela Administração do Grupo e, posteriormente, submetidas para análises e apreciação pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças.

- I. **Empréstimos:** O Grupo captou empréstimos em moeda estrangeira acrescidos de juros pré-fixados. As despesas com juros e variação cambial são lançadas em contrapartida à conta de "Receitas e despesas financeiras". O risco de variação cambial sobre os empréstimos em moeda estrangeira foi mitigado por meio de contratação de swap, mediante o qual a variação cambial foi "trocada", conforme demonstrado abaixo:

Moeda	Valor	R\$	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Dólar	17.689	100.000	USD + 5,35%	CDI + 1,40%

- II. **Importação de mercadoria:** O Grupo se protege de oscilações cambiais do saldo a liquidar de suas importações por meio da contratação de *Non Deliverable Forwards* (NDF's) para as compras altamente prováveis previstas em orçamento. A contratação baseada no valor FOB das mercadorias delimita a exposição cambial e seu efeito sobre a composição de preços. No momento de nacionalização das compras incidem tributos que não pertencem ao objeto de hedge definido na contratação da NDF. Estes impostos representam 36% do valor do pedido. No quadro abaixo, destacamos a exposição sobre a variação cambial relacionada aos pedidos emitidos não cobertos pelo instrumento de *hedge* e aos impostos não recuperáveis no desembaraço das mercadorias para os quais o Grupo não está protegido. O Grupo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% a 50% indicando a deterioração da situação financeira do Grupo mediante o incremento nas taxas de câmbio do dólar. A taxa de câmbio em dólar utilizada na análise de sensibilidade foi retirada do relatório FOCUS divulgado pelo Bacen em 28 de março de 2025. A estimativa dos cenários foi adotada conforme a instrução CVM nº 475/08.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Risco	Nocional USD (Pagar)/ Receber	Cenários		
				Cenário Provável USD 1 = R\$ 5,92	Cenário Possível +25% USD 1 = R\$ 7,40	Cenário Remoto + 50% USD 1 = R\$ 8,88
Objeto de hedge	. Pedidos de compra de mercadorias importadas e importação em andamento	Alta do dólar	(48.861)	(8.687)	(81.002)	(153.316)
	. Pagamento de mercadorias importadas		(10.618)	(1.888)	(17.603)	(33.318)
Instrumento de Hedge	NDF	Baixa do dólar	58.967	10.485	97.756	185.027
Exposição líquida de pedidos de importação			(512)	(90)	(849)	(1.607)
Impostos não recuperáveis (36%)			(17.590)	(3.127)	(29.161)	(55.194)
Exposição líquida total			(18.102)	(3.217)	(30.010)	(56.801)
Objeto de hedge	Captação 4.131	Alta do dólar	17.769	3.159	29.458	55.756
	Swap cambial	Baixa do dólar	(17.769)	(3.159)	(29.458)	(55.756)
Instrumento de Hedge	Exposição líquida		-	-	-	-
Efeito no resultado líquido de IR/CS			(11.947)	(2.123)	(19.807)	(37.489)

USD em 31/03/2025 = R\$5,7422

Instrumentos financeiros derivativos - Designados para hedge accounting

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, o Grupo administra as suas exposições em moeda estrangeira relacionadas à compra de mercadorias por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de entrada de mercadorias no estoque contida no orçamento oficial do Grupo. Na tabela a seguir demonstramos as posições consolidadas por vencimento em aberto em 31 de março de 2025 dos contratos a termo (*non-deliverable forward* – NDF) para cobertura de risco de taxa de câmbio:

Contrato	Vencimento	Valor de referência (nocional) – USD	Valor a receber (pagar)
NDF	4/2025	12.560	(2.279)
NDF	5/2025	11.495	(1.667)
NDF	6/2025	9.014	(2.317)
NDF	7/2025	6.124	(1.653)
NDF	8/2025	5.970	(1.477)
NDF	9/2025	4.283	(914)
NDF	10/2025	5.472	(303)
NDF	11/2025	4.049	(339)
Total NDF		58.967	(10.949)



Instrumentos financeiros derivativos - Não designados para hedge accounting

O Grupo administra as suas exposições relacionadas aos empréstimos em dólar por meio da contratação de *Swap*. Essa operação não está designada para *hedge accounting* e é contabilizada a valor justo por meio de resultado (vide Nota 23).

Contrato	Vencimento	Valor de referência (nacional) - USD	Valor a receber (pagar)
Swap Cambial	set/2026	17.689	488
Total Swap Cambial		17.689	488

34.2.2. Risco de crédito

- I. **Caixa e equivalentes de caixa:** De acordo com a política do Grupo, caixas e equivalentes de caixa devem ser aplicados em instituições financeiras classificadas com baixo risco de crédito.
- II. **Recebíveis:** Em dezembro de 2021 houve o lançamento do cartão C&A Pay o qual é operado pela controlada SCD – C&A Pay. A SCD cede os recebíveis ao FIDC – C&A Pay, o qual possui como única cotista a C&A Modas (ver Nota 8.3).

As perdas esperadas das operações do C&A Pay são constituídas pelo Grupo com base nos estudos internos para mensuração dos percentuais de perda de acordo com os estágios e com o tempo de atraso, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva de cada faixa de atraso.

Essas estimativas e metodologias poderão ser revisadas para adequar os níveis de estimativa de perda de forma que reflita alterações no cenário macroeconômico e/ou mudanças no perfil dos clientes.

O risco de crédito das demais operações do Grupo é minimizado à medida que os ativos representados pelos recebíveis da venda de mercadoria e serviços são intermediados pelo Banco Bradescard e empresas administradoras de cartão de crédito. No caso das administradoras de cartão de crédito, o risco é integralmente transferido a elas, ficando para o Grupo apenas o risco de não reconhecimento de compra pelos clientes para o qual é mensurada e registrada uma provisão de redução ao valor recuperável. No caso das operações intermediadas pelo Banco Bradescard, existe uma perda potencial, limitada a 50% conforme previsto em contrato, dos recebíveis duvidosos líquidos registrados naquela instituição, além do não reconhecimento de compra pelo cliente. Historicamente, as perdas de crédito são inferiores aos ganhos provenientes do resultado do contrato de parceria com o Banco Bradescard.

A Administração considera que as estimativas utilizadas na provisão para as perdas esperadas são suficientes para cobrir eventuais perdas de créditos da carteira de clientes.



34.2.3. Risco de liquidez

Com base no ciclo de caixa da operação, a Administração aprovou uma política de caixa mínimo com o objetivo de:

- I. Se precaver em momentos de incerteza;
- II. Assegurar a execução da estratégia de investimentos e expansão; e
- III. Observar a manutenção da política de distribuição de dividendos.

A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, os planos de investimentos e as obrigações financeiras.

O Grupo investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros pós-fixados e com liquidez diária (CDBs de instituições financeiras, operações compromissadas e fundos de investimento de crédito privado que se enquadram na política de investimento aprovada pela Administração). O Grupo também investe em LFTs (Nota 7) que podem ou não ser mantidos até o vencimento. O que é mantido até o vencimento está registrado ao custo amortizado e o que é disponível para venda está a valor justo.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento dos passivos financeiros consolidados do Grupo:

Em 31 de março de 2025	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Arrendamento mercantil	359.412	982.115	442.522	1.784.049
Empréstimos	585.225	858.562	-	1.443.787
Fornecedores	1.715.904	75	-	1.715.979
Obrigações de risco sacado	190.272	-	-	190.272
Total	2.850.813	1.840.752	442.522	5.134.087

34.3. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital do Grupo é assegurar que se mantenha uma estrutura de financiamento de suas operações.

O Grupo administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada essa estrutura, o Grupo pode efetuar pagamentos de dividendos e captar empréstimos.

Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital no trimestre findo em 31 de março de 2025.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Dívida Líquida sem Passivo de Arrendamento				
Empréstimos e debêntures de curto e longo prazo	1.443.787	1.498.013	1.443.787	1.498.013
Caixa e equivalentes de caixa	(1.046.571)	(1.262.270)	(1.192.899)	(1.403.225)
Aplicações financeiras	-	-	(327.921)	(169.310)
Dívida (caixa) líquida	397.216	235.743	(77.033)	(74.522)
Participação de acionistas não controladores	-	-	2	4
Total do patrimônio líquido	3.262.550	3.308.484	3.262.552	3.308.488
Índice de alavancagem financeira	12%	7%	-2%	-2%

Em 31 de março de 2025, o saldo do passivo de arrendamento correspondeu a R\$ 1.784.049 (R\$ 1.826.876 em 31 de dezembro de 2024). Considerando o passivo de arrendamento no cálculo de gestão de capital, o índice de alavancagem da Companhia seria de 67%, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Dívida Líquida com Passivo de Arrendamento				
Dívida (caixa) líquida	397.216	235.743	(77.033)	(74.522)
Passivo de arrendamento	1.784.049	1.826.876	1.784.049	1.826.876
Dívida líquida ajustada	2.181.265	2.062.619	1.707.016	1.752.354
Total do patrimônio líquido	3.262.550	3.308.484	3.262.552	3.308.488
Índice de alavancagem financeira	67%	62%	52%	53%

34.4. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento no consolidado do Grupo

	31 de dezembro de 2024	Fluxos de caixa	Juros Incorridos	Remensuração passivo arrendamento	Outros	31 de março de 2025
Arrendamentos	1.826.876	(132.306)	47.002	63.567	(21.090)	1.784.049
Empréstimos e debêntures	1.498.013	(96.540)	48.798	-	(6.484)	1.443.787
Total	3.324.889	(228.846)	95.800	63.567	(27.574)	3.227.836

O valor divulgado como remensuração do passivo de arrendamento refere-se à revisão anual de reajuste inflacionário sobre os pagamentos de arrendamento previstos em contratos e renovações de aluguel. Em "outros", trata-se, principalmente, da variação cambial do empréstimo em moeda estrangeira no valor de R\$8.085 e, aos arrendamentos incluindo contratos novos, encerrados e renovados.



35. Seguros contratados

O Grupo tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos com sinistros de seu imobilizado (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial), estoques, responsabilidade civil, transporte de mercadoria e risco cibernético. Abaixo descrevemos o limite máximo de indenização para cada cobertura:

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Responsabilidade Civil	345.249	327.619
Patrimônio e Estoque	538.520	538.520
Transporte	73.085	64.873
Risco Cibernético	50.000	50.000
	1.006.854	981.012

36. Plano de aposentadoria

36.1. Política contábil material

A Companhia é patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como finalidade instituir planos de previdência ao grupo de funcionários de suas patrocinadoras. Em essência, os planos previdenciários patrocinados pela Companhia são estruturados na modalidade de contribuição definida e as contribuições aos planos são feitas pelos participantes ativos e/ou patrocinadora. Os planos também garantem um benefício mínimo pago em uma única parcela por ocasião do término do vínculo empregatício e elegibilidade à aposentadoria. As contribuições ao plano relativas a este benefício mínimo são feitas exclusivamente pela Companhia.

Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Conforme CPC 33/IAS19, aprovado pela Resolução CFC nº 1.193/09, a Companhia reconhece um ativo atuarial quando: (a) controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros; (b) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela entidade e serviço prestado pelo empregado); e (c) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Companhia na forma de redução em contribuições futuras.



36.2. Plano de aposentadoria

Em 31 de março de 2025, o Grupo contribuiu com R\$ 1.074 (R\$ 1.443 em 31 de março de 2024) aos planos, contabilizados como despesa no resultado do exercício. O total de empregados participantes dos planos em 31 de março de 2025 é de 3.575 participantes (4.261 em 31 de março de 2024), tendo 211 participantes assistidos (191 em 30 de março de 2024).

Em 31 de março de 2025, o valor justo dos ativos do plano relacionados ao benefício mínimo, supera o valor atuarial presente das obrigações acumuladas de benefícios em aproximadamente R\$1.513 (R\$1.114 em 31 de dezembro de 2024).

37. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro/(prejuízo) atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro/(prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

O quadro a seguir apresenta a determinação do resultado líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

Resultado básico por ação

Lucro líquido do exercício
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias
Lucro básico por ação - R\$

31/03/2025	31/03/2024
4.072	70.854
300.457.142	307.620.260
0,0136	0,2303

Resultado diluído por ação

Lucro líquido do exercício
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação
Média ponderada das opções outorgadas no plano de remuneração baseada em ações
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias diluídas
Lucro diluído por ação - R\$

31/03/2025	31/03/2024
4.072	70.854
300.457.142	307.620.260
4.345.290	3.394.561
304.802.432	311.014.821
0,0134	0,2278



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O único instrumento financeiro que proporciona diluição se refere ao plano de remuneração baseado em ações, cujos detalhes estão descritos na Nota 10.

Em 31 de março de 2025 e 2024, o plano de remuneração baseado em ações proporcionou diluição.

38. Transações que não envolvem caixa

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as seguintes transações de investimento e financiamento que não envolveram caixa foram:

- I. a aquisição de bens do ativo imobilizado no valor de R\$69.573 (2024: R\$67.911);
- II. a aquisição de intangível no valor de R\$ 24.113 (2024: R\$758); e
- III. reconhecimento do passivo de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo, onde as adições de novos contratos foram no montante de R\$21.091 (2024: R\$ 109.321), remensurações de R\$ 63.567 (2024: R\$ 107.303) e contratos encerrados no montante de R\$7.335 (2024: R\$ 14.730).

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Aquisição de bens do ativo imobilizado	69.573	(67.911)
Aquisição de intangível	24.113	(758)
Contratos novos de direito de uso	(21.091)	109.321
Contratos novos passivo de arrendamento	21.091	(109.321)
Remensuração de contratos de direito de uso	63.567	107.303
Remensuração de passivo de arrendamento	(63.567)	(107.303)
Contratos de arrendamento encerrados	(7.335)	(14.730)